



**Camilo
Francisco Cuna**

**Erros e/ou desvios nas formas pronominais de
tratamento em alunos universitários: caso da
Unilúrio e da Universidade Pedagógica em Nampula**



**Camilo
Francisco Cuna**

**Erros e/ou desvios nas formas pronominais de
tratamento em alunos universitários: caso da
Unilúrio e da Universidade Pedagógica em Nampula**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Línguas, Literaturas e Culturas, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Manuel Ferreira Morais, Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro e da Doutora Maria Fernanda Amaro de Matos Brasete, Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho aos meus pais Francisco M. Cuna, de eterna saudade, e Rosa Francisco Cossa, meus primeiros mestres da vida.

o júri

presidente

Prof. Doutor Paulo Alexandre Cardoso Pereira
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Vogais

Prof.^a Doutora Mónica Sofia de Almeida Bastos
Leitora da Universidade Pedagógica (Polo da Beira)

Prof.^a Doutora Isabel Maria Loureiro de Roboredo Seara
Professora Auxiliar da Universidade Aberta (arguente)

Prof.^a Doutora Maria Fernanda Amaro de Matos Brasete
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora)

agradecimentos

Uma profunda gratidão aos meus professores do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, em especial aos meus orientadores, Doutor Carlos Manuel Ferreira Morais e Doutora Maria Fernanda Amaro de Matos Brasete.

palavras-chave

Erro, desvio, norma, alunos universitários, formas de tratamento, língua portuguesa, Português europeu, Português de Moçambique

resumo

O presente trabalho propõe-se discutir a questão da língua portuguesa em Moçambique, tendo como centro de reflexão o uso das formas de tratamento pelos alunos universitários. Sendo Moçambique um país ainda sem norma linguística própria, o PE é tido como norma de referência, mas que, por diversas razões, não é seguida pelos falantes desta nação. O facto de Moçambique possuir várias outras línguas nativas, o uso da língua portuguesa por falantes que a têm como L2, incorpora diversos erros e/ou desvios. A identificação das causas contribuirá para a eliminação ou diminuição dos erros e/ou desvios, ou servirá como elemento importante na identificação de uma norma do Português de Moçambique.

keywords

Mistakes, deviation, standard, university students, forms of treatment, Portuguese, European Portuguese, Portuguese of Mozambique

abstract

The present work proposes to discuss the issue of Portuguese language in Mozambique, having as center of the reflection, the forms of treatment used by university students. Mozambique, being a country without its own linguistic rule, the PE (or EP = European Portuguese) is regarded as the reference standard, but, for various reasons, it is not followed by speakers of this nation. The fact that Mozambique has several other native languages, the use of the Portuguese language by speakers that have it as their L2, incorporates many mistakes and/or variances. The identification of the causes will contribute to the elimination or reduction of mistakes and/or variances, or will serve as an important element in identifying a rule of Portuguese of Mozambique.

ÍNDICE

Siglas.....	15
Introdução.....	17
Justificação deste estudo	17
Objetivos	19
Metodologia	20
Capítulo Primeiro.....	21
Erros e/ou desvios nas formas de tratamento. Perspetiva teórico-conceitual.....	21
1.1. Erro e/ou desvio: Uma abordagem teórica.....	22
1.1.1. O Conceito de erro	23
1.1.2. O conceito de desvio	26
1.1.3. Erro e desvio numa perspetiva comparativa.....	29
1.2. Erros e/ou desvios nas formas de tratamento	30
Capítulo Segundo	35
Causas dos erros e/ou desvios nas formas de tratamento em estudantes universitários.....	35
2.1. Erros e/ou desvios mais frequentes nas formas de tratamento.....	36
2.2. Causas dos erros e/ou desvios	38
2.2.1. Desconhecimento gramatical	39
2.2.2. Desatenção	39
2.2.3. Questões de cortesia.....	41
2.2.4. Influência das línguas maternas moçambicanas.....	43
2.2.5. Influência do ambiente sociocultural circundante	47

Capítulo terceiro	51
Um olhar “extra-contextual” sobre os erros e/ou desvios nas formas de tratamento	51
3.1. Os Meios de Comunicação Social.....	52
3.2. A escola.....	53
3.3. Influência dos discursos do dia-a-dia	56
3.3.1. Relevância das formas de tratamento	56
3.3.2. Confusão dos modos: imperativo e conjuntivo	58
3.3.3. O “desaparecimento” do pronome pessoal vós	60
3.4. O papel da norma	61
Considerações finais	65
Bibliografia	67
Anexos	71

SIGLAS

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

L1 – Língua primeira, cujo sentido é Língua materna

L2 – Língua segunda

LM – Língua Materna

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PB – Português do Brasil

PE – Português Europeu

PM – Português de Moçambique

INTRODUÇÃO

A língua portuguesa é, no seio da CPLP em geral, e dos PALOP em particular, um dos elementos culturais mais importantes: ela não só torna possível a comunicação entre os membros de cada país, em particular, como também permite, apesar de todas as suas variações, que todos os membros dos diversos países entendam essa língua como um elo principal de comunicação e de partilha de outros aspetos culturais.

Reconhecido e assumido esse carácter sociocultural da língua portuguesa, a meu ver, ela deveria merecer a estima de todos os seus utentes e, portanto, ser objeto de toda a atenção e cuidado. Ora isto nem sempre se verifica. Falantes há que se limitam a usar a língua portuguesa pura e simplesmente para transmitir mensagens, não se importando com o modo como a usam para esse efeito¹. Este facto está presente, obviamente, também nas formas de tratamento, nas quais ocorre frequentemente a mistura de pessoas gramaticais (da 2.^a e da 3.^a do singular), nas situações em que um falante se dirige a um interlocutor, em contextos tanto formais como informais.

A triste realidade de vermos a língua portuguesa tão maltratada, não obstante o seu carácter de elemento unificador de milhões e milhões de falantes, dos quatro cantos do mundo, constitui uma preocupação a que urge reagir, sob pena de assistirmos a uma “desgramaticalização” progressiva, que poderá afetar o normal dinamismo das línguas que admite mudanças e variantes, sejam elas diacrónicas, diatópicas, diastráticas ou mesmo diafásicas

Justificação deste estudo

Uma língua, qualquer que ela seja, é um elemento social e socializador, além de ser um fator de identidade e unidade cultural, e, por isso, deve possuir sempre registos

¹ É normal obter-se uma resposta do tipo “mas tu percebeste o que eu queria dizer” da parte de quem é alvo de correção por um solecismo cometido.

supradialetais que incorporem as mudanças, porque a necessidade de um padrão linguístico é um importante fator de estabilidade social, cultural até política. Usamos a língua não só como instrumento de comunicação, isto é, para veicularmos mensagens, mas também e sobretudo, para nos integrarmos e interagimos numa comunidade e há que fazê-lo de forma gramaticalmente aceitável. A língua portuguesa também não pode fugir à regra, uma vez que todas as variantes linguísticas pressupõem, em última instância, sistemas organizados por uma gramática², independentemente do espaço geográfico e sociocultural a que estão associados. Mesmo admitindo que o modelo ideal (norma-padrão) nem sempre é observado nas práticas linguísticas coloquiais, nem nunca se atinge uma uniformidade ao nível das várias comunidades linguísticas, temos de reconhecer o importante papel que a escola desempenha na promoção do conhecimento do padrão linguístico e da competência ao nível da sua utilização, no quotidiano e em outros contextos mais formais e institucionais. Apesar dos diferentes posicionamentos que os linguistas têm tomado em relação à defesa/recusa da norma-padrão, talvez convenha recordar a opinião expressa por Cunha & Cintra (1948, p. 7), no capítulo introdutório da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*:

Entre as atitudes extremadas – dos que advogam o rompimento radical com as tradições clássicas da língua e dos que aspiram a sujeitar-se a velhas normas gramaticais – , há sempre lugar para uma posição moderada, termo médio que represente o aproveitamento harmónico da energia dessas forças contrárias e que, a nosso ver, melhor consubstancia os ideais de uma sã e eficaz política educacional e cultural dos países de língua portuguesa.

Uma reflexão sobre os erros e/ou desvios no uso das formas de tratamento justificar-se-ia, em qualquer país, região ou grupo social que utilize a língua portuguesa como língua materna (LM) ou língua segunda (L2), já que constitui um tema muito discutido nos vários domínios da linguística. Quase poderíamos dizer que, em determinados sectores das várias comunidades de língua portuguesa, existe uma “luta” contra a tendência crescente para a não observância das regras gramaticais na utilização dos pronomes de tratamento, mas no ensino e na escola, encontram-se os principais agentes que intervêm na construção de uma

² Seguimos a conceção de “gramática” apresentada por Faria et al. (2005: 14): «A Gramática é concebida como um modelo de conhecimento da língua do falante-ouvinte representativo de uma dada comunidade linguística, reconhecendo-se-lhes várias componentes, que correspondem aos vários tipos de saber linguístico intuitivo de tal falante».

norma prescritiva, que nunca é ou será um modelo natural, mas uma construção cultural, e que acaba por funcionar como fator de identidade e de coesão de uma sociedade ou de uma nação. No caso de Moçambique, a padronização do idioma oficial, promovido pelas instituições governativas, pelo ensino, pela comunicação social, apresenta problemas acrescidos se tivermos como termo de comparação o Português europeu (PE), uma vez que, além das variantes diatópicas e diastráticas há ainda a considerar o contacto entre línguas e dialetos que, em muitos casos, constituem a própria língua materna.

A consciência de que nenhuma realidade linguística é completamente homogénea e de que os fatores geográficos e socioculturais que dão origem às variações linguísticas do Português constituem um sinal de vitalismo da própria língua, parece justificar os objetivos centrais deste estudo sobre os desvios/erros relacionados com as formas de tratamento, analisados numa perspetiva sincrónica e tendo como *corpus* um grupo selecionado de estudantes universitários. Neste enquadramento, é preciso atender aos diversos fatores que intervêm nas mudanças operadas ao nível das formas de tratamento e ter consciência de que não é tarefa fácil fazer uma análise gramatical das práticas linguísticas de falantes moçambicanos, tendo como base o sistema que, convencionalmente, chamamos “norma-padrão” do Português europeu (PE). Sendo verdade que todas as variedades linguísticas são eficazes na comunicação verbal e que possuem valor nas comunidades em que são faladas, estamos convicto de que este trabalho poderá contribuir para descrever um aspeto muito particular da tendência crescente para a “desgramaticalização” do Português, que continua a propalar-se em Moçambique e quiçá, noutros países membros da CPLP.

Objetivos

Na presente abordagem, tendo em conta que os erros e/ou desvios ao nível do usos das formas de tratamento que se verificam no uso da língua portuguesa em Moçambique revelam situações suscetíveis de interpretações de diversa ordem, pretendemos buscar pistas que possam conduzir à descoberta das causas desses erros e/ou desvios, de modo a que seja mais fácil descrevê-los e interpretá-los. Numa primeira impressão, muito superficial, poder-se-á pensar que a prática desses erros e/ou desvios se deve ao desconhecimento ou negligência gramatical, o que nos leva a pressupor que os falantes nem possuem uma consciência metalinguística no uso que fazem da língua portuguesa.

Consciente de que a *supra* referida busca das causas constituirá apenas uma parte desta reflexão, é também um dos objetivos deste estudo propor sugestões concretas para a resolução/correção dos diferentes problemas notados no uso da língua portuguesa, no âmbito das formas de tratamento.

Metodologia

Como metodologia para a realização deste trabalho recorreremos a dois aspetos, a saber: recolha de textos que servirão de amostra, tendo como *corpus* alunos universitários, dos anos de escolaridade mais adiantados, que presumivelmente deveriam ter um melhor domínio da língua portuguesa e, portanto, não cometeriam a tipologia de erros e/ou desvios que pretendemos analisar. Com base numa revisão bibliográfica que fundamentará a análise que nos propomos a realizar, procuraremos fornecer uma explicação para a existência desses erros e/ou desvios que poderá revelar-se útil para os profissionais que trabalham com o ensino de Português.

Por essa via, esperamos obter os contornos do problema acima identificado e daí partir para algumas recomendações.

CAPÍTULO PRIMEIRO

Erros e/ou desvios nas formas de tratamento:

Perspetiva teórico-conceitual

Pretendemos, neste capítulo, dar conta de alguns aspetos envolvidos no uso das formas de tratamento por parte de um grupo selecionado de falantes-ouvintes moçambicanos, que, num contexto escolar, têm como base de referência a norma do Português europeu (PE). Estamos, portanto, a tratar de um fenómeno particular e peculiar de mudança linguística que envolve, num plano sincrónico, dois fatores fundamentais: o geográfico e o sociocultural. Talvez possamos dizer que as formas de tratamento constituem um dos elos de ligação mais evidentes entre a estrutura de uma língua e a estrutura da sociedade que a utiliza. De certo modo, as formas de tratamento, utilizadas pelos membros de uma comunidade linguística, refletem, por um lado, a organização da sociedade em termos de instituições, como sejam a família e o sistema educativo, bem como o estrato sociocultural em causa. Atendendo à dinâmica intrínseca que subjaz aos processos de mudança linguística, o Português, como qualquer outra língua viva, está sujeito a variações de vária ordem que, num plano sincrónico, se manifestam predominantemente em termos geográficos e socioculturais. Por esse facto, como referem Mateus & Cardeira (2007: 14),

...como todos vivemos num dado momento e pertencemos a alguma região e a algum grupo social, todos conhecemos algumas variedades do Português e desconhecemos outras, o que significa que ninguém domina completamente a sua língua: o Português é de todos nós e, ao mesmo tempo, de nenhum de nós.

Esse processo dinâmico que é intrínseco a qualquer língua, acrescido ao facto de haver muitos falantes espalhados pelos “quatro cantos do mundo”, inclui diversos aspetos que concorrem para a diversidade linguística e quanto mais alargado for o seu tecido social, mais heterogéneo será o uso que uma comunidade faz da língua. Além disso, nunca é demais referir que o Português é a única língua do mundo que possuiu duas normas oficiais: o Português europeu (PE) e o Português brasileiro (PB). No caso dos países africanos não existem normas reconhecidas oficialmente, se bem que se note já uma tendência para, ao nível dos estudos linguísticos¹, se considerar a variedade do Português de Moçambique (PM). E é a partir desta realidade que também analisaremos as propriedades gramaticas das diversas tipologias de erros e/ou desvios², em função do contexto sociogeográfico moçambicano, onde a língua portuguesa é usada como língua materna (LM) ou língua segunda (L2), em situação de contacto linguístico com as línguas bantu.

1.1. Erro e/ou desvio: uma abordagem teórica

Os conceitos de erro e de desvio são, umas vezes, considerados sinónimos, outras, como sendo semanticamente diversos. Esta ambiguidade ou dualidade de tratamentos tem a sua razão de ser. Nós só temos erro se houver uma transgressão ao sistema normativo de uma língua, como defende Dias (2009), o mesmo acontecendo com a noção de desvio, que implica sempre um ponto de referência normativo, como refere Montenegro³:

¹ Refiram-se, por exemplo, a obra organizada por Isabel Hub Faria et al. (2005), *Introdução à Linguística Geral*, onde, no Capítulo 6, aparece um estudo de Perpétua Gonçalves sobre “Aspectos de sintaxe do Português de Moçambique”; e a recente edição *Gramática do Português* (2013), sob a chancela da Fundação Calouste Gulbenkian (vol.1, cap.7).

² Termos que algumas vezes se podem confundir, porque “erro” e “desvio” referem conceitos que, por vezes, de facto coincidem (embora também divirjam) num aspeto: ambos se afastam da norma. De forma breve, podemos dizer que “erro” pode definir-se como uma transgressão da norma padrão, uma agramaticalidade (cf. Dias 2009, p. 393). E sendo a norma linguística “não apenas o que é normal (no sentido de ‘comum’ ou ‘vulgar’), mas também o que a sociedade aceitou como normativo” (Mateus & Cardeira 2007, pp. 23-24), podemos definir “desvio” como o distanciamento ou mudança consciente ou inconsciente do que a sociedade assumiu como normativo, em termos linguísticos.

³ Helena Mateus Montenegro (2004). “Desgramaticalização da Língua Portuguesa (do desvio ao erro). *Actas 3º Colóquio Anual da Lusofonia da Câmara Municipal de Bragança 21-23 Outubro 2004*. Consultado em: <http://epub.sub.uni-hamburg.de/epub/volltexte/2011/2195/pdf/actas2004.pdf>

Falar-se de desvio implica recorrer-se [...] ao conceito de norma, identificando-se como desvios os restantes registos ou níveis de língua: o popular estabelece com a norma uma relação algo conflituosa, ao seguir a gramática do oral, enquanto a norma se orienta pela gramática da escrita, assumindo-se o registo culto como contraponto do registo popular.

Nesta linha de pensamento, percebemos que o desvio nem sempre se poderá considerar como erro, se bem que se afaste de uma das normas linguísticas, socialmente aceites por uma comunidade de falantes. Como postulam Mateus & Cardeira (2007: 24-25) uma língua possui várias normas, vários padrões linguísticos ideais, que os falantes selecionam em função dos contextos em que realizam as suas práticas linguísticas (orais ou escritas). Por exemplo, não podemos dizer que o registo popular é um erro, doutra maneira, teríamos de negar a existência de tal nível, o que significaria negar-lhe a legitimidade que possui. Ou teríamos que admitir que existe uma camada populacional, em todos os quadrantes geográficos onde se fala Português, que só se comunica através de erros (referindo-nos a todos os que só usam o nível popular), o que no nosso ponto de vista seria um exagero. Poderá haver, portanto, um afastamento da norma sem haver, necessariamente, “erro”⁴. E nesse caso estamos a falar de “desvio”. Mas mesmo assim, ainda precisamos de uma forma mais consistente, compreender, tanto o conceito de “erro” como o de “desvio”. Importará ainda perceber que tipo de afastamento esses conceitos representam. É sobre estas questões que nos iremos debruçar nos pontos que a seguir desenvolveremos.

1.1.1. O Conceito de erro

Procurando responder à pergunta atrás colocada, chegaremos às noções de erro e de desvio. Mas para já, falemos do erro. Este, como o desvio, a que nos referimos superficialmente, na parte introdutória, representa um afastamento da norma. Todavia, ele

⁴ Esta questão é discutida por Cunha & Cintra (1999: cap.1), que sublinham o facto de existirem várias normas na mesma comunidade linguística, já que «se uma língua pode abarcar vários sistemas, ou seja, as formas ideais da sua realização, a sua dinamicidade, o seu modo de fazer-se, pode também admitir várias normas, que representam modelos, escolhas que se consagraram dentro das possibilidades de realizações de um sistema linguístico».

ocorre tanto no nível cuidado ou erudito, como no nível popular. E acontece tanto na oralidade, como na escrita. Por exemplo, se ao querer escrever *erro* alguém escrevesse *ero*, afastar-se-ia da norma ortográfica e cometeria um erro. Ora isto, que acabamos de indicar como exemplo, referindo-nos à escrita, tem a mesma validade também para o discurso oral. E esta situação pode ocorrer, tanto em indivíduos que normalmente se comunicam usando o nível popular, como pode acontecer entre indivíduos que normalmente se comunicam recorrendo ao nível culto ou erudito. Então, o que será, exatamente, o erro?

Uma primeira tentativa de resposta à questão do que é o erro podemos formulá-la a partir de Simões (2007), no seu estudo “As Concepções de Erros no Ensino de Línguas”, para quem o erro tem a ver com o desempenho do falante. Esta autora afirma e passamos a citar: “Esse desempenho nem sempre reflete a real competência que o indivíduo tem daquela língua, devido a fatores, tais como fadiga, distração, problemas de saúde, etc., ou ainda, o conhecimento parcial ou falho das regras dessa língua” (p. 1).

Admitindo a posição desta autora, percebemos que o erro pode ocorrer como algo ocasional e espontâneo, determinado, como ela afirma, por circunstâncias momentâneas, que em muitos casos podem nem sequer ter algo a ver com a competência do usuário da língua, ou por outras palavras, o falante pode ter “toda a competência do mundo” sobre uma determinada língua e mesmo assim cometer erros, nessa mesma língua.⁵

As aceções do item lexical “erro” que o *Dicionário da Língua Portuguesa* (Porto Editora, 2003) nos oferece são as seguintes: o erro é “decisão, acto ou resposta incorrecta; crença ou opinião que não corresponde à verdade, engano”, etc..

Sem queremos concluir de forma temerária, podemos começar por afirmar sobre o erro, que este, embora ocorra também quanto à forma, inclinar-se-ia mais para o âmbito do conteúdo do que para o primeiro aspeto, ou seja, do que para a forma. De facto, o *Dicionário da Língua Portuguesa* (Porto Editora, 2003), que consultámos, ao recorrer aos termos “decisão”, “resposta”, “crença ou opinião” incorretas, para se referir ao erro, parece apontar mais para o conteúdo do que é veiculado pelos termos a que se recorre para o efeito, do que para a forma como tais termos são empregados para veicular determinado

⁵ Embora diversa da afirmação que acabamos de fazer, julgamos interessante a visão de Teixeira (2003) que considera que “em língua, o erro nunca é não saber, mas sim, saber de forma diferente. E é por isso mesmo que glosando Virgílio Ferreira, se pode dizer que cada erro talvez seja uma verdade à espera de vez.” Esta é uma perspetiva interessante e algo otimista, na medida em que vê o erro como algo que no futuro pode vir a ter uma consideração diferente da atual. De facto, há erros que, por se tornarem comuns, acabam por entrar na normalidade de certos discursos a ponto de não mais se considerarem como tais.

conteúdo. Aliás, a nosso ver, é mais no conteúdo que as pessoas resistem à correção, fazendo-o menos quando se trata de lhes corrigir a forma.⁶

Temos de reconhecer que o termo *erro*, cujo conteúdo semântico está próximo do termo *desvio*, como afirmámos na parte introdutória, tanto pode considerar-se como sinónimo daquele, assim como podem, os dois termos, ser interpretados como possuindo sentidos diferentes, portanto, serem tratados ou numa, ou noutra perspetiva, isto é, como sinónimos ou não. Montenegro (2004), a que fizemos referência mais atrás, debruçando-se sobre os dois termos, *mutatis mutandi*, defende também esta possibilidade de tratamento dos nossos termos. Eis o discurso da autora a este propósito:

*Ora, se um falante do Português, ao empregar o registo popular, disser Haviam muitos carros parados, trata-se de um desvio e não de um erro, mas se esse registo for inadequado à situação, exigindo a mesma um registo mais cuidado, então já se tratará de um erro. Não se infira da precedente afirmação que tudo o que seja desvio à norma deva ser considerado erro. Apenas pretendemos exemplificar o alcance dos lexemas **desvio** e **erro**, camuflando-se muitas vezes os erros com o epíteto de desvios à norma-padrão, logo validados por outras normas.*

A chamada de atenção que a autora faz, no sentido de não se inferir que seja erro tudo o que aparece como desvio à norma, corrobora a ideia de que os dois lexemas, de facto, numa determinada perspetiva, não se devem considerar como sinónimos, se bem que em determinados momentos o possam ser. É, portanto, importante que se determine claramente em que perspetiva esses termos deverão ser tratados.

Convém referir que João Andrade Peres & Telmo Mória, no Prefácio a *Áreas Críticas da Língua Portuguesa* (1995, p. 13), postulam uma atitude cautelosa, relativamente a esta questão:

Daqui não se infira, porém, que consideramos que não existe desvio ou erro linguístico, que as línguas são tão flexíveis, que tudo admitem nos diferentes planos em que se organizam.

⁶ A este propósito, é comum ouvir-se uma resposta desta natureza, quando a alguém é feita uma correção: “Mas tu percebeste o que eu queria dizer, não é?”. Discurso que indica claramente que para quem responde desse modo, o erro formal não tem relevância quando o conteúdo que é veiculado, mesmo com erros na forma, atinge o destinatário.

O alerta destes autores deve ajudar-nos a evitar negar o óbvio, que seria, como diz certo ditado popular, pretender “tapar o sol com a peneira”. Pois se é verdade que as línguas são flexíveis, não é menos verdade que (e se calhar exatamente por causa dessa flexibilidade) elas incluem também erros e desvios.

Para concluirmos esta parte do nosso questionamento sobre o erro, podemos assumir que este ocorre sempre que uma expressão ou um termo não corresponde à intenção que se tem ao emitir tal expressão ou termo, e isto não de forma propositada da parte do falante. Porém, também poderá ocorrer o erro se tais elementos (expressão ou termo) corresponderem à intenção que se tem ao emití-los, mas a sua forma não corresponder à norma, ainda que haja quem não considere isto necessariamente um erro.

O conceito de erro é, portanto, um afastamento claro e inquestionável da norma que diz respeito ao modo como um termo ou uma expressão se apresenta formalmente.

Dando continuidade à nossa reflexão, ainda podemos acrescentar o aspeto do nível de conhecimento de quem comete o erro. Terá, esta componente, alguma influência no discurso sobre essa matéria? É que as pessoas menos instruídas afastam-se muito mais da norma do que as pessoas instruídas. A discussão que se coloca é se o lapso que se comete pode ou não considerar-se erro! E se a pessoa menos ou não instruída que está constantemente a afastar-se da norma comete erro ou não, visto que este último certamente falará assim sempre. Este discurso mereceria também alguma análise, oportunamente.

Tendo chegado a este ponto, embora não abandonemos a formulação “erros e/ou desvios” a nossa abordagem será mais sobre o desvio e menos sobre o erro. Assim, teremos de nos centrar na discussão da noção de desvio.

1.1.2. O conceito de desvio

Gostaríamos de começar esta breve discussão citando Teixeira (2003), no seu artigo “Norma Linguística e Erro – Uma abordagem cognitiva”, que nos oferece um ponto de vista sobre a noção de “desvio”. Diz o autor:

Colocar a questão, como faz toda a tradição normativa clássica, em termos de norma/desvio é nitidamente tender para a perspectiva comportamental. A norma coincide com o bom: ‘anormal’ implica ‘defeituoso, mau’. Um desvio é um comportamento, e, como tal, passível de valoração social. Esta oposição normal/anormal vai levar, necessariamente, a que se atribua à norma o fundamento, o lógico, ficando o inverso para o ‘desvio’. (pp. 125-131)

E Montenegro (2004), autora atrás citada, oferece-nos, por seu turno, também uma indicação sobre o conteúdo do termo “desvio”, se bem que o faça em contraposição ao erro, o que aliás, só corroboraria a ideia da existência de alguma diversidade entre estes dois termos. Efetivamente, o que a autora afirma é que todos os registos de língua que se afastam da norma constituem desvio, donde poderíamos admitir uma formulação a indicar que o desvio é qualquer registo que se afasta da norma. Será isto suficiente para afirmarmos o que se deve entender por desvio?

A resposta à pergunta que acaba de ser apresentada, evidentemente que precisa de ser um pouco mais aprofundada, pois temos de considerar que há dois elementos a ter presentes na análise dos termos ou expressões, nomeadamente: a forma e o conteúdo. Daí a necessidade de aprofundarmos o conceito de desvio, pois precisamos de analisá-lo nas duas perspetivas (morfofossintática e semântica), a que acrescentamos também a perspetiva pragmática, sobretudo se recuarmos para a visão citada de Teixeira que inclui o aspeto comportamental.

Formalmente, o conceito de desvio pode resumir-se, nas formulações apresentadas por Montenegro (2004) e Teixeira (2003), cuja perspetiva representa um distanciamento ou mesmo inobservância da norma, em todos os sentidos. Mas se é fácil verificar isto no que diz respeito à perspetiva morfofossintática, o mesmo não se dirá em relação à perspetiva semântica, na qual nem sempre é fácil (ou possível) estabelecer normas. Basta lembrar que em Literatura, por exemplo, os escritores muitas vezes recorrem à linguagem conotativa, usando figuras estilísticas em que os termos indicam aparentemente uma realidade que vezes sem conta não corresponde à realidade objetiva do termo, algo suscetível, aliás, de uma diversidade de interpretações que todavia permanecem válidas, mas que em algum momento nem correspondem ao que o autor tinha na sua mente quando produziu um determinado texto. Isto leva-nos a considerar que de facto não resulta fácil estabelecer a noção exata do termo desvio, numa perspetiva semântica.

Não obstante a real dificuldade acabada de apresentar, é possível encontrar alguns traços concorrentes a explicar o termo em estudo, algo que se depreende das afirmações dos autores que se interessam por estas questões da língua portuguesa. De acordo com Gonçalves (2010: 23), que embora não esteja preocupada em estabelecer o que se entende por um termo ou por outro, podemos deduzir que desvio é sinónimo de erro, senão vejamos este trecho:

Nesta caracterização do perfil linguístico da população universitária moçambicana, optou-se por uma perspectiva prescritiva relativamente às produções dos falantes que contêm traços e estruturas não conformes à norma europeia, os quais são aqui classificados como ‘erros’. A pesquisa já disponível mostrou que alguns desses traços e estruturas desviantes estão relativamente difundidos na comunidade de falantes instruídos de Português em Moçambique.

Nesta passagem da autoria de Perpétua Gonçalves, pressupõe-se uma interpretação convergente entre erro e desvio, pois refere-se aos traços classificados como erros para depois os considerar como traços e estruturas desviantes. Queremos acreditar que, embora a autora não o tenha dito expressamente, ela considerara os dois termos em análise como possuindo uma identidade semântica comum.

Não obstante a perspectiva da autora citada, aplicável a um outro contexto, na análise que aqui fazemos, só podemos discordar se apresentarmos uma fundamentação teórica, linguística, neste caso, pois aprofundando o conteúdo desses termos, encontramos alguma diferença digna de menção: aceitamos que os dois termos têm o aspeto comum de se distanciarem da norma. Todavia, divergem no facto de um se orientar mais para o aspeto formal (o erro) e o outro dizer respeito mais ao aspeto do conteúdo, o que podemos exemplificar do seguinte modo: se um falante disser, dirigindo-se a um seu interlocutor, *você tens camisa branca e calças pretas*, e de facto esta informação corresponder à realidade dos factos, o falante que construiu uma tal frase, a que usamos aqui como exemplo, cometeria um erro na forma discursiva, mas o seu conteúdo não se desviaria da realidade objetiva, pois o conteúdo é verdadeiro! Estamos, portanto, perante uma situação em que há clareza sobre o erro, mas não precisamos sequer de falar de desvio, em termos semânticos.

Retomando o mesmo exemplo, se o falante, no lugar de usar o pronome pessoal *você* tivesse usado o pronome *tu*, mas o seu interlocutor tivesse roupa de outras cores, tal falante estaria formalmente correto no discurso, mas no conteúdo não o estaria. Mas admitamos, ainda, que ele tivesse falado assim conscientemente, ou seja, tivesse trocado as cores da roupa só para ver se o seu interlocutor conhece os nomes das cores, ele não estaria incorreto em nenhuma perspectiva. O falante ter-se-ia desviado, sim, no conteúdo mas tratando-se de algo propositado, isso nem sequer mereceria a classificação de desvio.

E se ainda admitíssemos que ele emitia tal frase sendo escutado por deficientes visuais, em que se aplicaria o termo desvio?

Para finalizarmos esta breve discussão, nesta parte do nosso trabalho, podemos afirmar que o conceito de desvio, como o do erro, representa um afastamento da norma, mas que diferente deste (do erro), o desvio é mais problemático na sua denotação, pois se presta para diferentes conotações, o que não acontece do mesmo modo em relação ao conceito de erro.

E, finalmente, acrescentamos à nossa breve conclusão as afirmações contundentes de Peres & Mória (2003: 41):

as construções - ou usos lexicais, ou realizações fonéticas - que para nós configuram um desvio linguístico têm de obedecer a pelo menos duas condições: (i) constituírem rupturas com o subsistema ou variante de que é suposto fazerem parte; e (ii) não serem integradas - pelo menos, plenamente - pela comunidade linguística de suporte. Quando a segunda condição se verifica, o que inicialmente constituía um desvio torna-se uma de duas coisas: um factor de ressystematização ou um caso excepcional (de que qualquer língua ou variante tem exemplos). Quando, pelo contrário, ela não chega a verificar-se, o que temos diante de nós é o puro desvio, o desajustamento à variante supostamente adoptada, a quebra gratuita de uma harmonia que é um bem colectivo.

1.1.3. Erro e desvio numa perspectiva comparativa

Sem pretendermos criar um novo tópico, introduzimos este pequeno ponto simplesmente para estabelecermos uma síntese comparativa que nos levará a orientar a nossa preferência por um termo em relação ao outro, em função de maior ou menor clareza para cada caso, no nosso discurso subsequente. Admitimos, por outro lado, que talvez a nossa posição não seja a mais autorizada, mesmo assim, pelos argumentos que teremos para a defender, iremos mantê-la.

Uma vez que, falando inicialmente do conceito de erro, e posteriormente do conceito de desvio, fomos estabelecendo, implícita ou explicitamente, algumas comparações, julgamos importante retomámo-las aqui, acrescentando mais uma ou outra comparação não introduzida, anteriormente, mas tudo será no intuito de tornar o nosso discurso ainda

mais claro. E para o fazermos, inserimos a seguinte tabela que permitirá uma melhor visualização relativamente à comparação que pretendemos estabelecer:

Erro	Desvio
Afastamento da norma	Afastamento da norma
Tem mais a ver com a forma	Tem mais a ver com o conteúdo
Nunca é intencional	Pode ser intencional
Ocorre em pessoas instruídas e não instruídas	Pode ocorrer apenas em pessoas instruídas (quando for intencional)
É denotativo	Pode ser denotativo ou conotativo
Exige sempre correção	Pode não necessitar de correção
Não tende a estabelecer-se como norma	Tende a estabelecer-se como norma

Se bem que pudéssemos continuar a apresentar outras características explicativas de um e outro dos nossos dois termos de comparação, na tabela, preferimos apresentar, de momento, os aspetos ilustrados na tabela, que consideramos mais relevantes para exprimir o que é comum e o que é diverso, entre o erro e o desvio.

1.2. Erros e/ou desvios nas formas de tratamento

Olhando para o que afirmam os autores atrás vistos sobre os erros e/ou desvios, e depois da reflexão feita até aqui, sobre o assunto, cumpre-nos agora avaliar como estes dois termos se manifestam, no dia-a-dia dos falantes da língua portuguesa, ainda que de forma breve, pois aprofundaremos mais adiante, no segundo capítulo, este assunto.

De acordo com Cintra (1986), no Português atual, o que se fala em Portugal e que teoricamente seria o mesmo falado em Moçambique, em virtude de neste último país não existir norma própria, distinguem-se:

- a) Formas próprias da intimidade;*
- b) Formas usadas no tratamento de igual para igual (ou de superior para inferior) e que não implicam intimidade;*

c) Formas chamadas ‘de reverência’ – ‘de cortesia’ –, por sua vez repartidas por uma série variada de níveis, correspondentes a distâncias diversas entre os interlocutores.

Temos assim, para o português, uma oposição a registrar entre:

a) tu;

b) você;

c) V. Ex.^a, o senhor, Dr., o António, a Maria, o Sr. António, a Sr^a Maria, a D. Maria, etc.,

que contrasta claramente com a oposição francesa, castelhana ou italiana entre dois planos apenas: fr.: tu para a intimidade; vous, para a cortesia; esp.: tu, usted; ital.: tu, lei; e com o sistema inglês com o seu universal you, próprio tanto para a intimidade, como para a cortesia. (1986: 14 e 15)

Esta exposição de Cintra, enriquecida pela comparação com outras línguas, quase todas neolatinas, exceto o Inglês, é bastante interessante porque ajudar-nos-á, mais adiante a estabelecermos comparações entre as línguas moçambicanas, ao analisarmos a sua influência no Português falado em Moçambique que, como referimos antes, deveria ser igual ao falado em Portugal.

O interesse, porém, que temos por ora, é de compreendermos a existência de erros e/ou desvios nas formas de tratamento. Naturalmente que não se trata de questionar se existem ou não porque é óbvio que existem. Mas queremos ver como se manifestam os tais erros e/ou desvios.

De acordo com a percepção que temos, e que manifestamos através da tabela comparativa atrás apresentada entre erro e desvio, sobre a ocorrência de erros nas formas de tratamento, não precisaríamos de nenhuma demonstração, visto que estes, surgindo de forma inconsciente e inadvertidamente, só precisamos de admitir que eles ocorrem. O mesmo não se dirá de forma tão linear em relação aos desvios, pois se bem que estes também possam ocorrer inconsciente e inadvertidamente, admitimos a hipótese de serem intencionais na medida em que podem ser propositados, ou seja os desvios podem vir a tornar-se uma variante nova, na medida em que podem constituir rutura com o sistema que representa a norma. Tal é o caso do *tu sabes* cujo plural, gramaticalmente é *vós sabeis*, mas que no Português corrente, normalmente passa para *vocês sabem*, forma esta que é o plural gramatical de *ocê sabe*.

O exemplo discursivo que acabamos de apresentar é, sem dúvida, teoricamente estranho, mas na ordem prática é assim. O pronome *vós* que é plural de *tu* praticamente

caiu em desuso, tendo cedido lugar a *vocês*, entretanto o *you* não é muito usado, pelo menos em Portugal e conseqüentemente em Moçambique, quando se trata da forma de tratamento de igual para igual, em que ainda continua sendo mais comum o *tu*, para o singular e *vocês* para o plural.

Nesta linha de pensamento que estamos a desenvolver, pretendemos sublinhar a utilização dos termos “erro” e “desvio”, sendo o primeiro, mais para a forma e o segundo, mais para o conteúdo, o que nos leva a afirmar que nas formas de tratamento parece ocorrerem mais erros do que desvios, se bem que estes também ocorram. Mas a maior frequência é registada para os erros cujas causas terão tratamento mais adiante.

Analisando o modo como normalmente as pessoas se exprimem, em alguns momentos damos-nos conta de que o enunciado apresentado por Cintra (1986), de acordo com a citação que lhe fizemos acima, nem sempre é seguido. Tais são os casos que apresentamos nas alíneas seguintes:

- a) emprego do pronome pessoal da segunda pessoa do singular entre pessoas sem relações próximas;
- b) emprego de *you* seguido de forma verbal na segunda pessoa do singular;
- c) emprego, embora raro, de *vós* seguido de forma verbal na terceira pessoa do plural;
- d) emprego (o mais comum) de *vocês* seguido de forma verbal na terceira pessoa do plural mas com os pronomes pessoais complemento e possessivos na segunda pessoa do plural (Ex.: *Vocês* devem lembrar-se do que eu **vós** disse; *vocês* e os **vossos** amigos; etc.)

Estas situações que acontecem, mais ou menos, por todas as regiões da CPLP, representam erros sobre os quais se deve refletir, pois alguns desses erros tendem a cristalizar-se acabando por entrar na norma. É o que se verifica com o caso destacado da alínea d), situação que ainda merece discussão, pois não há registos de entrada na norma, dessa situação de erro gramatical que todavia, não é visto como tal no uso corrente!

O tema sobre erros e/ou desvios nas formas de tratamento é de uma abordagem descritiva que não exige espaço extenso, pois são mais ou menos as mesmas situações que se observam. Mais espaço dedicar-se-á à reflexão sobre as causas possíveis dessas ocorrências.

Concluindo, temos a afirmar que o presente capítulo, com o qual não temos a pretensão de ter esgotado os aspetos teóricos relacionados com os conceitos de erro e de desvio, ofereceu-nos algumas bases às quais acrescentamos a nossa reflexão sobre o assunto. Tais bases ajudar-nos-ão a prosseguir com a análise do tema selecionado, na perspectiva de encontrar elementos que possam explicar a ocorrência de erros e/ou desvios no Português falado em Moçambique.

Ao mesmo tempo que afirmamos alguma satisfação por termos encontrado algumas bases que nos abrem horizontes para a análise que pretendemos realizar nos próximos capítulos, ainda assim desafia-nos o facto de fazer um estudo que parece de “fronteira” entre o existente e o não existente: a norma da língua portuguesa que existe (do Português de Portugal) e do Português de Moçambique (que existe mas não tem norma própria). Fica, assim, um discurso algo difícil, porquanto teríamos erros que o são num lugar e não o seriam noutra. Não obstante esta realidade, o desafio é sempre aceitável pois só enfrentando-o poderemos, a curto ou longo prazo, sugerir as desejadas soluções que a língua poderá incorporar.

CAPÍTULO SEGUNDO

Causas dos erros e/ou desvios nas formas de tratamento em estudantes universitários

No presente capítulo pretendemos, à luz dos pressupostos teóricos vistos no primeiro capítulo, analisar os erros e/ou desvios nas formas de tratamento, tendo como *corpus*, produções escritas de estudantes universitários dos cursos de Nutrição e de Filosofia, respetivamente da Universidade Lúrio e da Universidade Pedagógica – Delegação de Nampula.

A análise que realizámos teve como objetivo conduzir-nos às causas que levam os alunos a cometerem tais erros e/ou desvios. Talvez não consigamos chegar a todas as causas, mas acreditamos que poderemos encontrar algumas delas e, uma vez identificadas, poderemos, a partir daí, encontrar algumas pistas que nos ajudem a delinear estratégias para a eliminação, ou pelo menos diminuição desse fenómeno que é, sem dúvida, um mal contra a “língua de Camões”.

A escolha do *corpus* foi determinada pela facilidade de contacto com os estudantes seleccionados pelo facto de serem nossos alunos. Tivemos em consideração a diferença de níveis em que se encontram, facto que nos permitiu deduzir da ocorrência desse tipo de erros e/ou desvios, tanto em alunos que iniciam, como naqueles que já estão a concluir um ciclo do ensino superior (a licenciatura), e que, pelo menos estes últimos, uma vez concluído este nível, irão para o mundo do trabalho, sendo que alguns deles ainda, poderão abraçar a área da docência. Este último aspeto, mencionamo-lo pelo facto de que os que irão para o campo da docência, serão transmissores dos “vícios” linguísticos que

não corrigiram ao longo dos seus estudos, aos seus futuros alunos, pois continuando a exprimir-se com erros, sejam de que natureza forem, e os seus alunos serão influenciados por essas agramaticalidades que provocam a desestabilização dos sistema e subsistemas linguísticos de toda uma comunidade, e assim os tais erros se perpetuarão.

2.1. Erros e/ou desvios mais frequentes nas formas de tratamento

Depois de termos focado, no capítulo anterior, os conceitos de erro e de desvio, julgamos pertinente, antes de prosseguir com esta parte da nossa reflexão, introduzir, ainda que em linhas breves, o que se entende por formas de tratamento. Pereira (2008, p.32), para explicar este conceito, afirma o seguinte:

As formas de tratamento. A maneira como nos dirigimos às pessoas é bastante no acto da comunicação. De acordo com o nosso interlocutor, devemos utilizar a forma de tratamento adequada. Chamam-se pronomes de tratamento certas palavras e locuções que valem por verdadeiros pronomes pessoais, como: você, o senhor, Vossa Excelência. Embora designem a pessoa a quem se fala (isto é, a 2.^a do singular), estes pronomes levam o verbo para a 3.^a pessoa do singular: Onde é que você vai? Vossa Reverendíssima faz isso brincando! Vossa Senhoria, Senhor Comendador, terá de perdoar.

Embora consideremos esta explicação incompleta pelo facto de se reduzir apenas ao tratamento do interlocutor da segunda pessoa com recurso às formas verbais da terceira pessoa, consideramo-la elucidativa por sublinhar o elemento do modo como nos dirigimos à pessoa com quem falamos. Isto é que é central no discurso sobre as formas de tratamento que podemos complementá-lo com a descrição de Cintra (1986) que a este respeito, fala de tratamento baseado em formas próprias da intimidade; formas usadas no tratamento de igual para igual (ou de superior para inferior) e que não implicam intimidade; e formas chamadas de reverência ou de cortesia (cf. Cintra 1986, pp. 14-15).¹

Assumida a explicação sobre as formas de tratamento que estão no centro da nossa reflexão, e confrontando-a com a realidade dos discursos que normalmente ouvimos,

¹ Outros investigadores também se dedicaram recentemente a este assunto: Carreira (1997), que escreveu uma tese de doutoramento sobre o tema e que se afigura um dos nomes mais relevantes sobre o sistema de tratamento e de cortesia em Português europeu; e ainda Rodrigues (2003), Gouveia (2008), Marques (2008), Silva (2008) e Duarte (2010).

constatamos que de forma quase generalizada, os discursos de falantes de várias línguas, e no caso concreto, da língua portuguesa, parecem limitar-se a usar a língua exclusivamente para efeitos de comunicação, em detrimento de qualquer outra dimensão da língua que é a dimensão estética que se prende, sem dúvida, com a dimensão da correção. Muitos falantes há que se preocupam apenas em comunicar as suas mensagens, não se inquietando, nem tão pouco, com a correção dos seus discursos, esquecendo-se de que os erros podem obstruir a própria comunicação eficiente que todos os que se exprimem pretendem obter.

A afirmação que acabamos de fazer é, sem dúvida, uma hipótese, mas tem muita probabilidade de ser confirmada, pois os falantes que cometem os erros e/ou desvios que nos propomos a analisar teriam condições de os evitar, se tivessem uma consciência mais aguda da língua que falam e/ou escrevem. São estudantes do ensino superior, cujas produções escritas constituem o nosso *corpus*, que se presume que tenham aprendido todas as regras gramaticais necessárias para não cometerem tais situações de erro, ou na hipótese, menos provável, de não terem aprendido as regras gramaticais, teriam condições suficientes para, adquirirem os elementos gramaticais que lhes permitissem expressar-se com correção e beleza linguísticas.

Os factos que constatamos ao analisar o material que recolhemos revelam uma situação bastante alarmante para um ouvido sensível a erros e desvios gramaticais. Desse material, que é constituído pelos textos apresentados pelos alunos que constituem o nosso *corpus*, elaborado em forma de diálogo, resultou a seguinte situação:

a) Junção, na mesma frase, de formas da segunda e da terceira pessoas gramaticais;

b) Junção, no mesmo discurso dirigido ao mesmo interlocutor, de frases em que algumas contêm elementos da segunda pessoa gramatical e outras possuem elementos da terceira pessoa gramatical.

Para exemplificarmos este tipo de erros mais frequentes, nas formas de tratamento, trazemos um extrato duma redação feita por uma aluna do curso de Nutrição, da Universidade Lúrio, do 4.º ano de Licenciatura, por sinal o último ano do curso, na qual a aluna reproduz uma consulta fictícia de uma paciente a um nutricionista:

Nutricionista: O que a senhora está a sentir? (...) Como se chama? Onde mora? Idade?

Paciente: Sou Júlia António e moro no bairro central, tenho 40 anos de idade. (...).

Nutricionista: Dona Júlia, levas este papel ao laboratório, faz as análises e me traz os resultado. Entendeu? (...)

Nutricionista: Então dona Júlia, segundo estes resultado analíticos, confirmam que a senhora aumentou o seu peso em relação o normal e a concentração da gordura no seu organismo está alterada. Então é isso que faz com que a senhora não se sintam bem.²

Estas são algumas das irregularidades gramaticais que são frequentes em estudantes do ensino superior (e também em muitos dos professores – se bem que estes não constituam o nosso *corpus*). E o exemplo é, como dizíamos acima, extensivo a outros profissionais como é o caso do nutricionista fictício do texto acima citado, mas que representa o que acontece na realidade. Aliás, a aluna autora do texto, num futuro próximo encontrar-se-á a desenvolver a sua atividade profissional e com toda a certeza ela não terá superado esse tipo de erros.

2.2. Causas dos erros e/ou desvios

A seguir apresentaremos alguns dos aspetos que real ou aparentemente estão na origem, como causas, dos erros e/ou desvios que os alunos universitários (e não só) cometem e que constituem preocupação para os ouvidos sensíveis à “desgramaticalização” que acontece em Moçambique e quiçá, também em outros quadrantes onde a língua portuguesa é usada como língua oficial.

2.2.1. Desconhecimento gramatical

A falta de um conhecimento sistematizado da gramática da língua é, sem dúvida, uma das causas incontornáveis para a explicação de todos os erros e/ou desvios, mas no caso concreto, daqueles que às formas de tratamento dizem respeito. Precisamos, porém, de explicar de que tipo de falta de conhecimento ou ignorância se trata, pois esta pode

² O texto integral do qual foi feito o extracto encontra-se em anexo. Os erros que aparecem neste trecho são do autor do texto, que continuam como tais por uma questão de fidelidade na transcrição.

Outro texto que igualmente aparecerá em anexo, apresenta um diálogo entre um nutricionista que recebeu um paciente no seu consultório e colocou-lhe as seguintes questões: “Como se sente? (...), Como te chamas e aonde vives, e que idade tens? (...) E quando não se alimenta as dores aparecem?”, misturando, portanto, duas formas diferentes para o mesmo interlocutor no mesmo diálogo.

existir e todavia não ter nada a ver com os erros e/ou desvios nas formas de tratamento. O nível de conhecimento da língua portuguesa não está em causa, pois quem não possui o conhecimento desta língua não se atreve a falá-la, mesmo se reconhecemos que “a ignorância é ousada”, como diz o ditado. Será ignorância da necessidade das formas adequadas para a cortesia? Talvez nem seja o caso, pois como vimos no exemplo atrás citado, quem se desvia ou erra nas formas de tratamento, conhece-as e aplica-as, mas às vezes ignora-as ou as abandona, usando formas incorretas ou misturando estas com formas corretas. Aliás, no caso de discentes universitários, supõe-se que tenham aprendido as formas de tratamento nos níveis primário e secundário de escolaridade. Portanto, em alunos universitários não deveríamos admitir este grau do desconhecimento das regras gramaticais, nem das formas corretas de tratamento, pois, como acabamos de supor³⁴, um e outro aspeto são ensinados nos níveis anteriores ao universitário.

O que se pode concluir é que o desconhecimento gramatical, ainda que possa ser colocado como uma das causas dos erros e/ou desvios nas formas de tratamento, em princípio não concorreria como tal, quando se tratasse de estudantes universitários. Sendo assim, precisamos de continuar a procurar outra(s) causa(s).

2.2.2. Desatenção

Se afirmamos que o desconhecimento das estruturas linguísticas não poderia concorrer como uma das causas para a explicação dos erros e/ou desvios em estudantes universitários, o mesmo não pode acontecer em relação à desatenção. Esta sim, deve ser assumida, senão como a principal, poderá ser como uma das principais, pois mesmo quem possui um domínio mais competente da língua portuguesa, algumas vezes pode cometer qualquer tipo de erro e, conseqüentemente, poderá cometer o tipo de erros e/ou desvios que constituem o objeto da nossa análise.

³ A nossa suposição é confirmada a partir do manual da disciplina de Português, cujos programas incluem tais elementos (cf. Pereira 2008: 32-33). Este manual é da 8.^a Classe, o que demonstra que os alunos universitários aprenderam esses conteúdos na primeira classe do ensino secundário e tiveram tempo suficiente para consolidarem essa matéria ao longo das classes subsequentes do ensino secundário.

A desatenção pode ocorrer, como é óbvio, em qualquer falante de qualquer língua. Este dado, em si, nem poderia constituir-se em elemento de grande preocupação, mas para ouvidos atentos e com alguma sensibilidade para as questões gramaticais, a preocupação existe sim, e com alguma gravidade, tratando-se de falantes dos níveis em que se encontram aqueles que constituem o nosso *corpus*. Quem comete algum erro e/ou desvio por desatenção, normalmente ao dar-se conta, corrige o seu erro/desvio e faz a reposição da forma correta onde ocorrera uma forma incorreta. Mas não é o que acontece com os alunos, cujas causas de erros e/ou desvios estamos a investigar. E pior ainda, é que sendo por desatenção ou não, discursando ou escrevendo, ao cometerem tais incorreções, aparente ou realmente, eles não se dão conta porque, se em situações dessa natureza eles o advertissem, recorreriam a uma situação de correção, ressaltando o discurso incorreto por eles emitido.

Temos, então, de recuperar a ideia da falta de conhecimento gramatical que a excluímos atrás? Talvez não seja o caso, pois ignora-se aquilo que nunca se aprendeu, ou de que nunca se ouviu falar, situação que não envolve os alunos universitários, pois, nos programas da disciplina de Português do ensino secundário, estão previstas lições sobre as formas de tratamento, como se pode verificar no manual de Pereira (2008: 32-33) atrás citado.

Concluindo, reiteramos que a desatenção é uma das principais causas de erros e/ou desvios, nas formas de tratamento, em alunos universitários, como o é em qualquer falante, mesmo culto, mas permanece a preocupação de normalmente não haver, no caso concreto dos alunos que constituem o nosso *corpus*, um esforço para corrigir o que poderia considerar-se um lapso. Assim sendo, prosseguimos com a busca de outras possíveis causas.

2.2.3. Questões de Cortesia

As formas de tratamento, utilizadas de forma correta ou incorreta podem manifestar uma real ou aparente cortesia ou descortesia. E introduzimos o termo “aparente” porque nem sempre o que aparece exteriorizado por um locutor corresponde ao que está no seu interior. É importante, ainda, ter-se presente o facto de que este assunto tanto pode ter a

ver com valores educativos ou sociais que se possuem, porque foram recebidos pelo sujeito que os incorpora no seu relacionamento com os seus semelhantes, ou que não se possuem por perda ou por nunca terem sido recebidos.

Sendo a cortesia, um dos diversos valores educativos ou sociais que o indivíduo recebe, e que se manifesta em termos discursivos pelas formas de tratamento, enquadra-se, nesta reflexão que desenvolvemos porque tem a ver com os erros e/ou desvios que os alunos, que constituem o nosso *corpus* cometem. E porque existem autores que têm realizado estudos sobre o tema da cortesia, queremos incluir aqui a sua visão que nos ajudará a aprofundar a nossa análise.

Para Leech, o Princípio de Cortesia subdivide-se em 6 máximas (...): do tacto (minimiza o custo ao outro; maximiza o benefício ao outro), da generosidade (minimiza o benefício ao próprio; maximiza o custo ao próprio), da aprovação (minimiza a censura do outro; maximiza o elogio do outro), da modéstia (minimiza o elogio do próprio; maximiza a crítica do próprio), do acordo (minimiza o desacordo entre si próprio e o outro; maximiza o acordo entre si próprio e o outro) e da simpatia (minimiza a antipatia entre si próprio e o outro; maximiza a simpatia entre si próprio e o outro). Contudo, nem todas estas máximas têm a mesma importância: as quatro primeiras formam dois pares e as primeiras de cada par são mais importantes do que as segundas. Com efeito, para Leech, as máximas do tacto e da aprovação são mais importantes que as da generosidade e da modéstia. No entanto, ainda que sejam 'imperativas' são mais ou menos universais e a sua importância pode variar conforme a cultura específica dos interlocutores." (Fernandes, 2010, pp. 41-42).

De acordo com o mesmo autor, refira-se ainda que, “em Português europeu, são muitas as construções e os usos linguísticos motivados pela cortesia linguística” (Fernandes, 2010: 43). Este aspeto da multiplicidade das construções e usos linguísticos, associado às máximas vistas anteriormente, revela o carácter assaz exigente para o domínio dessa matéria. Mas ao mesmo tempo, parece-nos importante sublinhar o carácter da variação cultural contida na citação que acima fizemos, e que, como veremos mais adiante, agudiza o problema do domínio das formas de tratamento quando se considera que para o caso moçambicano, os falantes confrontam duas culturas (a europeia – do Português que deveriam falar, e a moçambicana – das suas línguas maternas diferentes da portuguesa, na maioria dos casos).

Partindo do pressuposto de que as sociedades preparam os seus membros para a interação social, compreende-se que as práticas de interações verbais não permitem grandes desvios por parte dos indivíduos. A língua afigura-se um bem social e, por isso, há algumas regras implícitas que garantem o seu bom funcionamento. Entre os princípios reguladores da comunicação humana, o falante deve tomar em consideração, na sua intervenção comunicativa, o chamado “princípio de cortesia”, que se aplica de modo e grau variáveis em diferentes contextos de uso linguístico. A utilização adequada dos pronomes de tratamento, selecionados em função de um contexto particular (por exemplo, o de ensino-aprendizagem) será deficitário se não se contemplarem os fatores sociolinguísticos e pragmáticos que regem as múltiplas interações comunicativas.

Além do aspeto sociocultural a que acabamos de nos referir, os erros e/ou desvios na utilização das formas de tratamento confundem-se perfeitamente com a ausência de aplicação do princípio de cortesia, nos atos discursivos do falante. Tal seria o caso do texto que citamos no ponto 2.1., no qual o nutricionista fictício, em algumas passagens do seu diálogo com a sua paciente, dirige-se-lhe, tratando-a por “tu”. Mas, porque esta forma de tratamento não se mantém linearmente, aparecendo, portanto, misturada com outras formas de tratamento, noutras passagens do mesmo diálogo, em que o referido nutricionista manifesta já alguma cortesia, não temos matéria suficiente para deduzir que se trate mesmo de uma questão de descortesia.

A ausência de cortesia pode, ainda, ter diversas causas, entre as quais, a falta de educação, vontade de humilhar o interlocutor, ignorância das regras de etiqueta, e outras a que não nos deteremos por não ser esse, exatamente, o objetivo da nossa análise. Mas será alguma destas causas que estaria por de trás dos erros e/ou desvios em estudantes universitários, nas formas de tratamento?

A primeira resposta, que talvez seja temerária, é de que nenhuma das causas acabadas de indicar justificaria tais incorreções gramaticais, muito embora possamos admitir que sendo, os nossos alunos de proveniência diversificada, nos seus ambientes de origem talvez alguns deles não tenham tido a oportunidade de aprender um ou outro elemento necessário para se ser cortês, mas estando a frequentar, já há pelo menos 12 anos a escola e estando em convívio com outros colegas, essas possíveis lacunas teriam sido já superadas. Portanto, esta breve reflexão conduz-nos a uma conclusão negativa, relativamente à hipótese da falta de cortesia para justificar os erros e/ou desvios cometidos

por alunos universitários. Chegados a essa conclusão, não temos mais do que aceitar o desafio de continuar a procurar outras causas.

2.2.4. Influência das línguas maternas moçambicanas

Sabemos que a língua portuguesa, embora seja a língua oficial de Moçambique, ela é, na maioria dos casos, uma L2. E mesmo os que a possuem como L1, recebem-na de mães que a têm como L2, admitidas algumas poucas exceções. Acrescente-se que além da aprendizagem da língua que ocorre no contexto familiar nuclear (pai, mãe e filho/s), existe todo o ambiente sociocultural circundante do falante que é dominado pela língua local, que não é a portuguesa, sem falarmos de outros familiares, sobretudo os avôs do falante que muitas vezes não possuem nenhum conhecimento da língua portuguesa; tudo isso faz com que mesmo nos poucos casos em que o falante moçambicano que possui a língua portuguesa como sua L1, se encontre envolvido por um ambiente que o obriga a ser fortemente influenciado pela língua local, diferente da língua portuguesa.

Este cenário que acabamos de apresentar, sendo incontornável pelos moçambicanos, conduz-nos à assunção da influência das línguas maternas diferentes da portuguesa e/ou locais como causa principal para a justificação dos erros e/ou desvios nas formas de tratamento, por diversas razões, das quais destacamos algumas, tais como as que apresentamos a seguir:

a) Formas de tratamento diferentes das usadas na língua portuguesa

Em algumas línguas moçambicanas, pelo menos as do sul de Moçambique, e mais particularmente, as línguas Ronga (ou Xironga), Changana, (ou Xitxhangana) e Tswha (ou Xitswaha), não existe o tratamento por deferência, ou pelo menos terá caído em desuso, se é que já existiu num passado bastante remoto, pois comumente os falantes usam uma única forma de tratamento para o singular, cujo pronome pessoal sujeito é *wene* ou *wena*, sendo a primeira forma para o Ronga e a segunda para as outras duas línguas; e outra, também única para o plural, com o respetivo pronome *n'wine* ou *n'wina*, sendo, igualmente, a primeira forma para o Ronga, e a segunda para as outras duas línguas. Numa situação destas, o falante, ao aprender a língua portuguesa, de forma automática relaciona

esta com a sua L1 e faz uma tradução simultânea, geralmente não diferenciando as formas de tratamento previstas nesta sua nova língua, pois este fenómeno não ocorre na sua L1.

b) Coexistência de duas formas de tratamento para o singular

Nas línguas do centro e do norte do país existem duas formas de tratamento, sendo para as relações íntimas ou próximas, e para as relações de cortesia ou tratamento por deferência. Todavia, ao contrário do que acontece com a língua portuguesa, em que o tratamento por deferência recorre ao uso das formas verbais e pronomes complemento na terceira pessoa, as línguas moçambicanas em causa, usam formas verbais e pronomes da segunda pessoa do plural, sendo o pronome pessoal sujeito *yimwe* ou simplesmente *imwe* para quase todas as mais de seis línguas e alguns dialetos da região central do país.⁵ Neste contexto geográfico, o falante, ao entrar em contacto com a L2 (língua portuguesa), encontrando nesta nova, duas formas que servem para o singular, confunde-as numa só, pois no seu subconsciente, para o tratamento por deferência, ele recorrerá ao plural. Tais os casos das formas como: *venha aqui e diz o que queres; desculpa, pode me dizer o seu nome?; minha senhora, senta aqui e aguarde pela tua vez, etc.*

c) Coexistência de duas formas verbais no mesmo tempo verbal

Nas línguas moçambicanas é possível e frequente encontrarem-se duas formas verbais para o mesmo tempo e para a mesma pessoa gramatical. A este respeito, Langa (2013: 43) afirma que:

...os dados do Changana [...] exibem basicamente dois presentes: um presente genérico ou habitual marcado pelo morfema –a-, que ocorre na posição pós- inicial, e um presente pontual, marcado pelo morfema zero, na mesma posição, na estrutura do verbo. O primeiro presente é claramente aspectual, ao passo que o último é temporal, no sentido Comeriano.

⁵ Sobre esta utilização da segunda pessoa do plural para a cortesia ou reverência, é interessante observar que Cintra (1986) faz referência ao mesmo aspecto na língua portuguesa, nestes termos: “Mas, ao passo que o sector da intimidade já se encontra ocupado pelo actual *tu*, no singular, e por *vós* no plural, o campo do tratamento distante ou ‘de cortesia’, é unicamente ocupado por *vós* (pronome com o duplo emprego, singular de cortesia e plural indiferente, que já remonta ao latim tardio e se documenta por exemplo em Eutrópio. Dentro desta estrutura muito simples: *tu* ou *vós*, no singular; *vós*, no plural” (p. 17). Este aspecto pode levar-nos a deduzirmos de uma certa similaridade cultural entre os povos, se considerarmos que o que acontece nas línguas moçambicanas do centro e norte do país não é produto de nenhuma tradução dessas línguas para a portuguesa ou inversamente.

Este autor expõe esta matéria sem nenhum exemplo, diferentemente do que faz noutras explicações da mesma obra que acabamos de citar, daí que julgamos melhor apresentar exemplos dos dois usos do tempo presente, para depois vermos o que acontece quando se passa das línguas moçambicanas para o Português: se continuarmos na língua Changana (ou *Xitxhangana*) que é objeto de reflexão do nosso autor, teremos, por exemplo para o verbo *kukhuluma* (falar), o presente habitual que será, na terceira pessoa do singular, *awakhuluma* (ele fala), e o presente factual, *akhuluma* (ele fala).

Ora, as duas formas do Changana apresentam-se diferentes, mas a sua tradução portuguesa é feita por uma forma única. Ou seja, os dois valores aspetuais do presente, habitual e factual, em Português exprimem-se da mesma maneira, devendo deduzir-se pelo contexto a sua distinção. Assim, o falante moçambicano, que nunca estudou a gramática da sua própria língua (e as gramáticas de língua portuguesa, na flexão verbal, não apresentam essa distinção), ao usar a L2, já não consegue distinguir entre a segunda pessoa com o pronome “tu” e a segunda pessoa com o pronome “você”. Dito por outras palavras, o facto de nas línguas maternas moçambicanas existirem duas formas distintas que, em Português, se traduzem por uma única forma, conduz os falantes moçambicanos a unirem num único tratamento duas formas que, na língua portuguesa, correspondem a dois tipos de tratamento diferentes, o que é logicamente aceitável, embora não o seja gramaticalmente. Dizer “tu falas” e “você fala”, nas línguas moçambicanas que não possuem o tratamento por deferência ou que para o efeito recorrem ao plural, mesmo dirigindo-se a um interlocutor singular, corresponde a uma única forma. Na língua changana, as duas formas atrás apresentadas traduzem-se por *wena wakhuluma*.

Este aspeto que estamos a analisar deveria produzir um discurso mais simples e correto nos falantes moçambicanos, partindo do princípio de simplificação. Mas o que é estranho é que nos encontramos diante de um discurso confuso e incorreto. A abundância, na língua portuguesa, deveria ser fonte de correção na língua portuguesa como L2. Mas acontece o contrário. Provavelmente teremos de admitir que a desatenção, neste aspeto, também ocupe algum espaço na produção de discursos por alunos universitários moçambicanos, mas esta hipótese cai por terra, quando nos damos conta de que o que é incorreto é mais frequente do que o correto; e não admira que, num futuro indeterminado, essas incorreções venham a fazer parte da norma para o Português de Moçambique, já que

para isso pesa a identidade coletiva, como afirmam Mateus e Carneira (2007: 30) ao falarem do “fabrico da norma” como se pode ver nesta citação: “Trata-se não só de assegurar a eficácia da língua (a supressão da variação assegurará uma maior eficácia na comunicação) mas, também, de promover, na consciência da comunidade, um símbolo de identidade coletiva.”

Portanto, se, como se constata, paulatinamente, a comunidade for adotando essas incorreções e, através delas, conseguir estabelecer eficazmente a comunicação, elas entrarão, sem dúvida, na pretendida norma do Português moçambicano.

Outro elemento que deveria contribuir para a correção, seria o aspeto cultural, que por si só estabelece “as regras de jogo” quanto ao modo como as pessoas devem dirigir-se umas às outras. E, na África tradicional, fortemente hierarquizada, com uma observância quase cega, pela sua rigidez, do lugar que cada um ocupa, era suposto que isso ajudasse, efetivamente, para que ao passar das línguas autóctones para a língua portuguesa, os falantes tivessem bases sólidas para a incorporação das suas formas corretas e portanto, com menos erros do que os que na realidade se cometem. Nesta perspetiva sociocultural, parece-nos oportuno ver as afirmações de Cintra (1986: 15), nestes termos:

O sistema português – sobretudo se tivermos em conta a escala riquíssima de possibilidades oferecidas pelo 3º plano (o de cortesia) – parece ligar-se intimamente, por um lado, a uma sociedade fortemente hierarquizada; por outro, a um certo comprazimento, a um certo gosto na própria hierarquização e na matização estilística ou, talvez, a uma dificuldade inconsciente ou subconsciente em aceitar uma nivelção maior realizada através de um processo semelhante ou pelo menos paralelo ao que conduziu, no Brasil, à fixação de um sistema dual, devido à expansão do você pelo terreno da intimidade, com prejuízo do tu, hoje moribundo e quase reduzido às formas oblíquas: te, ti.

Ao focarmos aqui a dimensão sociocultural, atendendo à questão do discurso sobre a hierarquização a que Cintra faz referência, queremos reiterar o facto de as sociedades africanas tradicionais, por possuírem estruturas de subordinação, que se manifestam claramente nos discursos do dia-a-dia, para a dimensão comunicativa, só se poderia deduzir de uma certa facilidade do domínio da língua portuguesa, no concernente às formas de tratamento, mercê da grande similaridade, ou pelo menos proximidade no que diz respeito a essa matéria, ou seja, à forma de tratamento por deferência ou cortesia. Como a isso nos referimos atrás, as línguas moçambicanas do centro e norte do país usam

com muita naturalidade a segunda pessoa do plural para um interlocutor singular, se este tiver que ser tratado com cortesia, o que acaba por estender-se às relações íntimas ou de igual para igual, como acontece no Brasil com o pronome *você*.

A situação aqui descrita, relacionada com o discurso do autor acima citado, poderia contribuir para a correção nos alunos universitários moçambicanos, como falantes de Português como L2 em geral, mas mais particularmente nos estudantes universitários por estes terem aprendido e supostamente poderem dominar as formas de tratamento da língua portuguesa. Mas os erros e/ou desvios continuam, o que nos leva a deduzir, e para concluir, que a influência das línguas maternas moçambicanas, ou simplesmente L1 na L2 só produz confusão, ao invés de concorrer para o que seria mais simples que seria a seleção de uma única forma de tratamento das suas L1, fazendo-a corresponder a uma única forma de tratamento na L2.

2.2.5. Influência do ambiente sociocultural circundante

Em muitas áreas do saber, tem-se provado que os dados empíricos muito contribuem para a cristalização de determinadas teorias. Tal é o caso da jurisprudência, por exemplo, ao estabelecer o direito consuetudinário como “direito não escrito, fundado no uso, costume ou prática” (*Dicionário Enciclopédico*, 1980: 240). Se é assim noutras áreas, nas línguas sê-lo-á ainda mais, pois o laboratório, por excelência, da língua é o uso frequente pelas comunidades.

Os erros e/ou desvios nas formas de tratamento que são cometidos pelos alunos universitários não são exclusivos desta categoria de falantes da língua portuguesa em Moçambique. Como a isso nos referimos mais atrás, os professores destes alunos também os cometem e com muita regularidade; outras pessoas, cultas ou não, os pais e/ou encarregados de educação destes alunos, também usam as formas de tratamento, incluindo os erros e/ou desvios que estamos a analisar. Nestas condições, nada estranha que os alunos universitários também se expressem do mesmo modo, se bem que fosse de esperar que eles tivessem outra atitude, neste aspeto, pelo facto de serem estudantes de nível superior.

Os alunos universitários, nesta condição, absorvem mais de forma empírica do que académica os aspetos ligados à língua portuguesa, uma vez que, à exceção dos que na

Universidade estudam linguística, neste nível de ensino já não se ensina a disciplina de Língua portuguesa porque esta termina no nível médio. Portanto, a sua única fonte de continuar a aprender a língua portuguesa, além de uma possível exercitação autodidata, é o ambiente circundante (todos os círculos de convivência, incluindo o meio familiar – em alguns casos).

Ainda na senda dos erros e/ou desvios influenciados pelo ambiente sociocultural circundante, temos a reiterar um discurso referenciado no primeiro capítulo do nosso trabalho: o que se refere aos pronomes de tratamento mais usados. No Português de Portugal, designado por PE, na forma de tratamento própria da intimidade ou de igual para igual, no singular usa-se normalmente o *tu*, e no plural, *vocês*. No Português do Brasil, ou simplesmente PB, usa-se normalmente *você* para o singular e *vocês* para o plural, coincidindo, para o plural com o PE. Em Moçambique, onde ainda não existe norma própria, embora haja tendência para se falar de Português de Moçambique, coexistem normalmente os dois pronomes do singular (*tu* e *você*), o que em si, seria sinal de riqueza. Portanto, o ambiente sociocultural circundante dos alunos universitários moçambicanos oferece essa realidade da coexistência dos dois pronomes a que acabamos de fazer referência.

Por via da lógica racional, seria normal misturar o *tu* e o *você* e misturar também as formas verbais e até outros pronomes usados em concordância com estes dois pronomes, pois ambos são usados para a intimidade, embora um seja mais do PE e outro, quase exclusivamente do PB. E em Moçambique é efetivamente isso que acontece. Os dois são usados para o tratamento próprio da intimidade ou de igual para igual. Mas o que é lógico racionalmente nem sempre o é gramaticalmente, razão pela qual se cometem erros e/ou desvios no Português falado em Moçambique, em todos os contextos e, portanto, naqueles que circundam os alunos universitários também.

A combinação dos pronomes *tu* e *você* que ocorre nos atos de fala dos alunos universitários moçambicanos resulta, sem dúvida, do facto de eles ouvirem com regularidade tanto um como outro nos discursos orais comuns, e admitamos, também por causa do contexto cultural extremamente hierarquizado, no qual, muitos evitam o uso do *tu* por questões de respeito para os mais velhos, os chefes e outros superiores hierárquicos. Mas, o uso do *você* de forma gramaticalmente coerente é muito mais difícil do que o uso do *tu*. Eis porque frequentemente se emprega o “você”, mas logo a seguir se recorre a

outras categorias gramaticais pertencentes à segunda pessoa, pois além da facilidade do uso destas, elas são mais denotativas e inequívocas, o que não acontece com as formas de concordância com o *você* que, além de serem mais difíceis do que as da concordância com o *tu*, criam a ambiguidade de serem aplicadas a uma segunda pessoa, se bem que elas pertençam à terceira pessoa.

Concluindo este capítulo, afirmamos que as causas dos erros e/ou desvios nas formas de tratamento em alunos universitários são várias, se bem que não tenham o mesmo peso. Aliás, algumas apresentam-se como hipóteses de interpretação e, por esse facto, exigem um aprofundamento mais rigoroso, para serem confirmadas ou refutadas. Este dado serve para demonstrar que este estudo permanece aberto a novas análises, o que não nos retira a satisfação de termos dado os passos que demos, pois a partir deles é possível, julgamos nós, começarmos a procurar pistas conducentes à eliminação ou pelo menos diminuição, no contexto de ensino-aprendizagem, deste tipo de erros e/ou desvios que temos vindo a analisar.

CAPÍTULO TERCEIRO

Um olhar “extra-contextual” sobre os erros e/ou desvios nas formas de tratamento

Tendo estabelecido, para este trabalho, pesquisar sobre as causas dos erros e/ou desvios nas formas de tratamento em alunos universitários, a nossa reflexão teria de circunscrever-se apenas a esse âmbito. Mas, porque os alunos universitários não estão “encurralados” dentro das paredes das universidades (que seria esse o nosso contexto), julgamos pertinente alargar a nossa abordagem para outros contextos com os quais os nossos alunos estão em constante interação. Dentro dessa perspectiva, procuraremos, através do presente capítulo, lançar o nosso olhar sobre o modo como, fora desse contexto, as formas de tratamentos são usadas e veiculadas.

Como é óbvio, a aprendizagem de uma língua não depende, apenas, de um ou dois elementos; mas sim, de vários (ambiente familiar, ambiente escolar, meios de comunicação social, etc.) que exercem a sua influência sobre o indivíduo. Mas o elemento que merece maior destaque neste processo é o próprio indivíduo que, à medida que vai sendo envolvido por todos esses elementos, absorve, consciente ou inconscientemente, os conteúdos linguísticos à sua disposição e os vai incorporando paulatinamente no seu vasto leque de conhecimentos, igualmente de forma consciente ou inconsciente.

Dentro dessa perspectiva, iremos analisar alguns desses outros ambientes que exercem a sua influência sobre o indivíduo, influência a que os alunos universitários também estão sujeitos e cujos efeitos negativos só não atingem os mais atentos e interessados que são a exceção à regra.

3.1. Os Meios de Comunicação Social

O primeiro ambiente com forte impacto na aquisição de novos conhecimentos linguísticos, que queremos analisar, é o da comunicação social. De acordo com Dias (2009), os profissionais deste sector de atividades são, de entre outros, aqueles de quem se espera que devam veicular a língua portuguesa com toda (ou quase toda) a isenção de erros, e a autora afirma-o nestes termos:

“Comenta-se habitualmente que muitos jornalistas, locutores apresentadores de programas televisivos usam ‘erradamente’ a língua portuguesa, contribuindo deste modo para a propagação e manutenção de uma ‘versão errada’ do Português em Moçambique. A sociedade espera que um jornalista ou um locutor transmita a informação e que domine ‘bem’ a língua com a qual estabelece a comunicação com o público.” (Dias 2009: 389).

Não obstante reconhecer-se que *errare humanum est*, esta expectativa da sociedade tem a sua razão de ser, pois para quem possui alguma responsabilidade de influenciar as massas, essa regra deveria ser suspensa na medida em que a gravidade dos seus erros é maior (comparada com a de qualquer utilizador de uma língua), por causa do número incalculável dos que absorvem as informações produzidas e veiculadas por essa classe de profissionais.

Outro comentário que se nos oferece fazer ao trecho de Dias (2009), que citamos acima, é o de que, na realidade, os profissionais da comunicação social cometem muitos atropelos à gramática e cada vez mais nos últimos tempos, o que infelizmente não é estranho: são filhos duma geração que, na sua maioria, não se importa em emitir discursos cheios de erros, desde que consiga (se é que isso sempre acontece) transmitir as suas mensagens. Nos nossos dias, e particularmente para a juventude, falar corretamente constitui exceção à regra. Enquanto, num passado recente, os estudantes e consequentemente, o maior número de falantes da língua portuguesa, se esforçavam por respeitar as regras da gramática e produzir discursos “bonitos”¹, hoje em dia, isso já não

¹ Um aspecto que infelizmente desapareceu é que, num passado de mais ou menos 15 a 20 anos, era frequente e agradavelmente aceitável em convívios de amigos ou mesmo na rua a correcção de discursos mal formulados, com referência incontornável à Gramática de José Maria Relvas que foi, durante o período colonial, em Moçambique e quicá nos outros países das ex-colónias portuguesas, o manual exclusivo de ensino de língua portuguesa nas escolas primárias, utilizado de tal modo que quase todos os que concluíam a 3.ª ou 4.ª classes quase que o memorizavam completamente.

constitui preocupação para a juventude. E esta é uma das possíveis e várias razões que explicam as produções discursivas muitas vezes sem nexos, incluindo as frequentes incorreções nas formas de tratamento, tanto nos produtores (aqueles que segundo Dias se comenta que usam erradamente a língua portuguesa) como nos consumidores.

Os programas televisivos são, de entre todos os produtos veiculados pelos *mass media*, os que maior influência exercem sobre as massas e particularmente sobre as camadas populacionais juvenis; pois são os jovens os que mais tempo despendem a ver televisão, e são os jovens que frequentemente os jornalistas (na sua maioria igualmente jovens) interpelam para o mais variado tipo de entrevistas, para não falarmos do propalado “cancro” das telenovelas brasileiras e mexicanas com tradução portuguesa, em Português do Brasil.² E como as telenovelas referidas usam, frequentemente, um registo pouco cuidado da língua, até mesmo popular, por esta via, disseminam-se vários erros e/ou desvios que os jovens memorizam sem o mínimo espírito crítico, porque não só não lhes interessa tê-lo, como também nem sequer teriam bases suficientes para alguma análise crítica das práticas discursivas que absorvem através Televisão, porque nunca foram preparados nem incentivados nesse sentido.

Portanto, no conjunto de todos os meios de comunicação social, a Televisão que emite discursos e imagens torna-se o instrumento que mais audiência tem, porque a imagem atrai muito mais do que a palavra, o que conseqüentemente é aplicável também ao aspeto que temos vindo a analisar, ou seja, aos erros e/ou desvios que, acontecendo na Televisão, acabam por influenciar um maior número de falantes de uma determinada língua. E, se tais erros e/ou desvios forem cometidos por uma personagem que é, por qualquer motivo mais atraente, então, a influência na juventude será ainda maior.

3.2. A escola

Para uma melhor análise do impacto negativo que a escola pode exercer sobre os jovens, em termos linguísticos, contrariamente ao que se esperaria dela, temos de admitir este facto: há alunos que começam a frequentar a escola possuindo já a língua portuguesa

² No Português brasileiro popular, o que nos chega através das telenovelas, são normais e frequentes produções discursivas como: *você pode vir com o teu irmão, você se lembra do que te disse ontem? Tu é um cara legal*. Erros/desvios que temos vindo a analisar neste trabalho e que os jovens moçambicanos, os maiores consumidores das telenovelas, “bebem” e reproduzem com a maior tranquilidade.

como sua L1; outros há, e nas zonas rurais são a maioria ou quase todos, que encaram o Português como L2. Os primeiros podem até, em alguns casos, possuir melhor domínio da língua portuguesa do que os seus professores, mas, porque vão à escola para aprender, ficam constrangidos a abandonar o Português correto que trazem do seu ambiente familiar, e começam a exprimir-se como se exprimem os seus colegas (cuja aprendizagem da língua portuguesa só começou na escola) e os seus professores, nas hipóteses (não raras) destes últimos possuírem fraco domínio da língua portuguesa.³

Este fenómeno, que é recorrente nos níveis primário e secundário de ensino, continua também no nível superior. Os discursos dos docentes universitários não são isentos de erros morfosintáticos em geral, e particularmente nas formas de tratamento, por um lado, porque concluem o nível pré-universitário viciados (pelos erros e/ou desvios que temos vindo a analisar) e como, no nível superior, já não têm a disciplina de Língua portuguesa, pouca probabilidade há de superar os tais vícios; e por outro, porque muitos deles nem sequer têm consciência das suas deficiências em termos linguísticos. E consequentemente passam a transmitir os seus maus usos linguísticos aos seus alunos.

As deficiências no domínio da língua portuguesa em professores dos níveis primário e secundário que, como dissemos, são observáveis também em alguns docentes universitários, e que depois passam dos docentes aos alunos, estão baseadas na falta de interesse em superá-las, consciente ou inconscientemente. Mas outra fundamentação disso, que talvez seja a principal, reside nos métodos de ensino que são cada vez menos exigentes. Mas aqui, se for este o caso, só podemos admitir a validade do latinismo *nemo dat quod non habet* e por aí talvez consigamos compreender tudo. Se os professores são preparados com um défice em termos linguísticos, logicamente não poderão transmitir o que eles não possuem⁴ e o nível de exigência aos seus alunos também será menor ou até

³ A este respeito e a título de exemplo, existem muitos casos conhecidos de alunos cujos pais são transferidos do sul para o norte de Moçambique e, por via disso, passam a estudar nas escolas do Norte. Nos primeiros dias não percebem quando os seus professores pronunciam palavras com o *d* trocado pelo *t*, o *b* pelo *p* e inversamente. Para surpresa dos seus pais, dias depois entram nesse modo de usar os sons. Isto não se limita apenas aos aspectos fonéticos, mas também aos morfológicos e sintáticos.

⁴ O programa de metodologia de ensino da língua portuguesa, usado pelos institutos de formação de professores, é muito limitado. Apresenta um elenco de 16 unidades temáticas, das quais apenas uma é dedicada à gramática e só tem seis horas lectivas, cujos conteúdos são: “Gramática implícita e gramática explícita; Prática da gramática implícita; Etapas do desenvolvimento da gramática; Exercícios estruturais e jogos de linguagem; Lição tipo de gramática.” (Ministério da Educação e Cultura, 2006, p. 16). As questões que se colocam são: Estes conteúdos habilitam o professor para ele próprio possuir domínio de gramática? O tempo estabelecido para aprendizagem desses conteúdos é suficiente? Como se pode esperar que um professor com uma formação claramente deficiente consiga ensinar bem a gramática aos seus alunos?

inexistente. Estamos, portanto, perante uma situação que se reproduz e se concretiza em cadeia: os formadores dos professores transmitem-lhes determinados vícios, os professores (que quando formandos receberam determinados vícios) também os transmitirão aos seus alunos, e a língua portuguesa vai sofrendo uma degradação progressiva, de geração em geração; o que poderá considerar-se como normal em virtude do carácter dinâmico das mudanças que se operam em todas as línguas com o passar do tempo, mas que, no nosso entender, neste caso concreto, é exagerado.

Os erros e/ou desvios nas formas de tratamento, que os alunos universitários que constituem o nosso *corpus* (e não só), são tipicamente de falta de concordância verbal e nominal. Ora este fenómeno tem-se generalizado de tal forma que acabam sugerindo a hipótese de serem enquadradas num dos dois elementos seguintes: na norma (se no futuro vier a ser criada e tudo leva a crer que sim) ou na variação linguística diatópica, pois Mateus e Cardeira (2007) mostram-nos que mesmo o que, num determinado período pode ser erro, pode não o ser noutro período e afirmam-no nestes termos:

Pareceria, portanto, que a aquisição de um conjunto de regras linguísticas deveria ser simples, bastando que a aprendizagem fosse bem sucedida. E no entanto... nem sempre é fácil estabelecer limites ente o ‘certo’ e o ‘errado’ e temos, muitas vezes, dificuldades em decidir se determinada construção frásica é permitida ou não. Isso acontece por variadas razões. Em primeiro lugar, porque falamos uma língua viva, em constante mudança, e o que antes era aceitável pode ter-se tornado desusado. Palavras novas surgem a cada passo, acompanhando novos objectos ou conceitos, enquanto outras deixam de ser usadas. E não é o léxico que se renova; também a construção frásica e os próprios sons da língua podem sofrer alterações. (Mateus e Caldeira, 2007: 19)

Sendo assim, não restam dúvidas de que querendo insistir na transmissão das regras linguísticas em vigor não seja tão simples como seria de desejar e que assim se permaneça no erro; ou o que até agora se considera erro, na possível futura norma venha a ser considerado certo, pois não é só o léxico que sofre alterações, mas também as construções frásicas. E sobre a variação diatópica ou geolinguística, Ferreira, Carrilho, Lobo, Saramago & da Cruz (1996: 480) afirmam:

*Quando, como neste caso, a variação está relacionada com factores geográficos – diferentes usos da língua em regiões diferentes – fala-se em variação diatópica (do grego *topos*, ‘lugar’) ou geolinguística ou ainda dialectal. Todos*

sabemos que a fala de um nortenho não é igual à fala de um alentejano, por exemplo. A fala utilizada em diferentes regiões possui características próprias.

Embora a variação de que falam os autores ora citados se refira, provavelmente, a pequenas regiões duma certa nação unida pela mesma língua e, portanto, com a mesma norma, admitimos que ela possa aplicar-se ao caso moçambicano que, não possuindo ainda norma própria, tratar-se-ia de uma variação diatópica em relação à norma do PE. Esta nossa maneira de classificar o Português moçambicano pode ser encarada como uma ousadia equiparável a uma certa barbaridade. Mas, porque a fazemos como mero exercício académico, atrevemo-nos a fazê-la na tentativa de compreender um fenómeno que, querendo ou não, acreditamos que acabará por tirar lugar ao que hoje é certo. A alternativa a este facto passaria por consciencializar todos os moçambicanos a não só abandonarem como também a combaterem os erros que se generalizam. Será isso possível? Isto é o que gostaríamos que acontecesse, mas temos sérias dúvidas.

3.3. Influência dos discursos do dia-a-dia

O dia-a-dia dos alunos universitários, é por excelência, um dos melhores “palcos” em que se assiste (se ouve) o modo como eles se exprimem. A seguir, pretendemos analisar alguns aspetos que mais diretamente têm a ver com os erros e/ou desvios que estão no centro deste estudo.

3.3.1. Relevância das formas de tratamento

De acordo com Langa, Chirindze, Langa, Mungoi & Manjate (2009: 4) “as sociedades são organizadas de modo a distinguir, claramente, as diferentes formas de tratamento, sem admitir, salvo raríssimas exceções, cruzamentos”.

A distinção clara das formas de tratamento a que os autores citados fazem referência é um dado incontestável. Todavia, a sua manifestação vária de sociedade para sociedade, razão pela qual, numas sociedades é facilmente perceptível, mas noutras é difícil ou impossível reconhecê-la. Nas sociedades moçambicanas, como o dissemos no capítulo anterior, no centro e norte do país é nítida a manifestação das formas de tratamento, mas no sul não o é, e se alguma vez o foi, tal manifestação há de ter caído em desuso, ou

poderá ser presumível a partir do conhecimento das formas de tratamento noutras línguas que depois são importadas, via tradução, para uma ou outra língua desta região de Moçambique.

A dificuldade (ou até impossibilidade) de perceber as formas de tratamento nas línguas do sul de Moçambique é acentuada quando se analisam as frases a partir da forma verbal que é empregue. Langa, Chirindze, Langa, Mungoi & Manjate (2009) que, como os citámos acima, afirmam que as formas de tratamento são claras nas sociedades, baseiam-se apenas no uso dos pronomes. O que só corrobora a confusão a que aludimos nas causas dos erros e/ou desvios nas formas de tratamento em alunos universitários, pois a nossa análise foca exatamente a falta de concordância entre o pronome e a forma verbal, onde encontramos, por exemplo, *você* cuja forma verbal deve ser da terceira pessoa, mas os alunos que são objeto do nosso estudo, recorrem à forma verbal da segunda pessoa. Os nossos autores afirmam, textualmente:

“a forma awe ‘tu/você’ só pode ser usada numa relação descendente, por exemplo, de tate ‘pai’ ou mame ‘mãe’ para vanana ‘filhos’ ou de qualquer pessoa mais velha em relação à pessoa mais nova. Numa relação ascendente, a forma cultural e socialmente aceite para se referir aos pais é a designação pelos seus próprios títulos, nomeadamente, tate ‘pai’ ou mame ‘mãe’. Assim, o uso de um pronome não é aceite. (...) Os pronomes pessoais ane ‘ele’, anu ‘vós/você’ e vona ‘eles’ são usados em quaisquer circunstâncias sem restrições culturais nem sociais e têm o mesmo valor que na língua portuguesa. (p.4)

E a seguir apresentam os seguintes exemplos:

Tate uwotote njani?

lit: Pai dormiu como?

id: Como é que o pai como dormiu?

Estamos, de facto, perante uma clareza indubitável da organização das formas de tratamento, dentro da sociedade a que os nossos autores fazem referência, que é a sociedade Chope ou Copi do sul de Moçambique que geograficamente corresponde aos distritos de Manjacaze, na província de Gaza, e de Inharrime e Zavala, na província de Inhambane. Ora, a distinção que é clara, na sociedade e língua chopes, é claramente

favorável à confusão, quando se passa dessa língua para a portuguesa. Aliás, os nossos autores, que por sinal são todos chopes ou pelo menos dessa descendência, pois os seus apelidos assim denunciam, esqueceram-se de fazer uma tradução literal exata, no exemplo que apresentam mais abaixo: *Tate, uwotote njani?* tem como tradução literal *Pai, dormiste como?* pois o prefixo “u”, na flexão verbal, é característica da segunda pessoa do singular e não da terceira. Quem o confirma são os mesmos autores que, nas páginas 19 a 22, da sua brochura apresentam duas tabelas de flexão verbal onde aparece *awe udyite* (tu comeste), *awe udyá* (tu comes) e *awe unadyá* (tu comerás).

Ora, como é lógico, todo o aprendente de uma L2 usa como referencia comparativa a sua L1 e só depois de possuir “pleno” domínio da gramática da nova língua é que abandona a sua língua materna. Assim, os discursos em Português, de falantes moçambicanos possuidores de uma língua materna cujo pronome da segunda pessoa do singular unifica os pronomes portugueses “tu” e “você”, não conseguem absorver facilmente a necessidade de usar duas formas verbais diferentes, quando se exprimem em Português, usando *tu* ou *você*.

3.3.2. Confusão dos modos: imperativo e conjuntivo

Outra componente que queremos trazer para a análise tem a ver com a confusão, bastante recorrente em Moçambique, entre as formas do modo imperativo e do modo conjuntivo. Como é sabido, o imperativo tem apenas a segunda pessoa gramatical (singular e plural). E, quando se usa o pronome você/vocês, recorre-se às formas verbais da terceira pessoa do presente do conjuntivo (singular e plural). Este empréstimo, para quem a domina, não oferece nenhuma dificuldade. Mas para muitos falantes pouco esclarecidos, é normal empregar *tu* e selecionar a forma verbal da terceira pessoa do presente do conjuntivo. É muito comum ouvir docentes, dirigindo-se aos seus alunos, ou pessoas mais velhas dirigindo-se às mais novas, ou ainda outras pessoas que se tratam por *tu*, fazerem construções fráscas do tipo: diga lá o que queres (quando devia ser “diz”); leve este dinheiro e vai comprar... (quando devia ser “leva”), faça o que te pedi (quando devia ser “faz”), etc. O modo imperativo tem estado a desaparecer progressivamente, muito provavelmente por a forma de 2.^a pessoa do plural estar praticamente a cair em desuso, nos discursos orais, mesmo em Portugal.

Embora não possamos sustentar este discurso com opiniões baseadas em artigos encontrados em estudos já desenvolvidos, a nossa opinião é que mais cedo ou mais tarde, o modo imperativo, se não desaparecer, terá que “disputar” espaço com o modo conjuntivo, que, progressivamente, tem vindo a substituí-lo, justificada ou injustificadamente. Pelo facto de, como veremos mais adiante, se usar cada vez menos o plural do *tu*, preferindo-se o *vocês*, cujas formas verbais são da terceira pessoa, onde se deveria usar o imperativo, recorre-se ao conjuntivo, mas com valor de imperativo, o que acaba por nos levar a construções como: *faz tu, façam vocês* (no lugar de *fazei vós*). Há de ser, certamente, esta situação que faz com que o *tu* acabe por atrair o singular associado ao *vocês*, caindo-se no erro: *faça tu*. E não seria eventualmente essa a base para a *Gramática Moderna de Língua Portuguesa* a que já fizemos referência mais atrás, apresentar, no singular, formas do conjuntivo no lugar do imperativo?! (cf. Costa, 2010, pp. 380-383).

A situação que acabamos de descrever demonstra um empréstimo incorreto em que, sem necessidade, se recorre ao modo conjuntivo. E dizemos sem necessidade porque, no caso concreto dos exemplos que apresentamos, existe a forma correta própria do modo imperativo, mas que é inconscientemente (ou mesmo por ignorância) preterida, preferindo-se o conjuntivo. A outra situação de erro, que parte dos discursos do dia-a-dia, tem a ver igualmente com a interferência entre os modos conjuntivo e imperativo, mas desta vez, são trazidas formas do modo imperativo no singular e são empregues erradamente, porque dirigidas a pessoas que são tratadas (ou deveriam ser tratadas) com deferência. E os verbos que podemos apresentar como exemplos, são: “desculpar”, “fazer” e “dar”. Com estes, são produzidas frases do tipo: *Desculpa professor, pode repetir a explicação? Faz favor, o senhor pode-me levar ao aeroporto? Dá licença doutor, posso entrar?* Nestes três casos, as formas esperadas seriam, respetivamente: “Desculpe”, “faça” e “dê”.

Ao analisarmos estas situações, queremos ter presente a situação de muitos falantes que até possuem um bom domínio da língua portuguesa, mas que tal domínio não resulta de uma aprendizagem na escola, pois “há uma geração de crianças e jovens, sobretudo nas cidades, que já são monolíngues em Português” (Dias 2009: 399). Logo, o Português falado por esta geração não é produto da escolarização, na sua base; há igualmente falantes fluentes de língua portuguesa que nunca foram à escola. De todos estes falantes não se pode esperar que tenham conhecimento dos modos e tempos verbais, pois aprenderam a

falar, mas não aprenderam a gramática. Os discursos destes falantes, que quando incluem erros e/ou desvios, os seus autores nem sequer se dão conta deles, influenciam os que com eles se relacionam, independentemente destes últimos serem alunos ou não. Sendo assim, acreditamos que os alunos universitários também fiquem igualmente influenciados, uns com capacidade para posterior correção, mas outros não.

3.3.3. O “desaparecimento” do pronome pessoal *vós*

Com este subtítulo, ousadamente provocatório, queremos referir-nos a um aspeto “visível a olho nu” como sugere o subtítulo, embora na ordem teórica o pronome acima indicado ainda exista. E dizemos na ordem teórica porque de facto, na prática, o pronome *você* no plural, tirou lugar ao pronome *vós* em discursos orais, razão pela qual, na utilização corrente, *vocês* aparece não somente como plural de *você*, como também do *tu*. Entretanto, esse pronome (*vocês*), embora selecione as formas verbais na terceira pessoa, os outros elementos gramaticais (em termos morfológicos) reportam-se à segunda pessoa, ou seja, aquelas que concordam com *vós*, o que é teoricamente ilógico, mas que, na ordem prática, é assim que acontece. E para tornarmos este discurso mais claro, apresentamos, de seguida, uma tabela com exemplos elucidativos:

Singular	Plural
<i>Tu</i> compreendeste o que <i>te</i> disse quando falei <i>contigo</i> e <i>te</i> pedi para transmitires ao <i>teu</i> irmão?	<i>Vós</i> compreendestes o que <i>vos</i> disse quando falei <i>convosco</i> e <i>vos</i> pedi para transmitirdes aos <i>vossos</i> irmãos?
<i>Você</i> compreendeu o que <i>lhe</i> disse quando falei <i>consigo</i> e <i>lhe</i> pedi para transmitir ao <i>seu</i> irmão?	<i>Vocês</i> compreenderam o que <i>vos</i> disse quando falei <i>convosco</i> e <i>vos</i> pedi para transmitirem aos <i>vossos</i> irmãos?

Fonte: Adaptada pelo autor

Nos exemplos, sublinhamos apenas os pronomes que representam a parte que queremos analisar neste passo da nossa reflexão: a falta de concordância entre o pronome sujeito e os outros pronomes que deviam ser flexionados em função daquele. Centrando-

nos no pronome *você*, constatamos que, no singular, em princípio, não oferece grandes problemas, ou mesmo nenhum. Mas na sua forma do plural observamos que, embora tenha a forma verbal na terceira pessoa, o que é correto, o mesmo não acontece com os outros pronomes, como acontece com o singular, são todos “importados” da segunda pessoa.

3.4. O papel da norma

Muitos autores moçambicanos, entre os quais Lopes (1997), Lopes (2004) e Dias (2009) já se debruçaram sobre a necessidade de uma norma do Português Moçambicano (PM), tema que tem suscitado intensos debates. Nesta parte da nossa dissertação, não é nossa intenção participar no debate, nem sequer emitir alguma opinião favorável ou desfavorável em relação à criação da norma do PM, mas simplesmente tentamos refletir sobre que papel teria uma tal norma num contexto como este. Mas para o efeito, precisamos de voltar ao conceito de norma aplicado às línguas. Recorremos então a Mateus e Cardeira (2007) que afirmam: “Podemos defini-la como modalidade linguística escolhida por uma sociedade enquanto modelo de comunicação. É, portanto, um modelo, um padrão supradialectal.” (p.21).

Assumida uma definição como esta, não restam dúvidas de que estaríamos perante um instrumento regulador que eliminaria todas as diversidades (o que é impossível) que no contexto da comunicação, só a dificultam. Deduziríamos, obviamente, do papel importantíssimo da norma da língua portuguesa falada em Moçambique. Mas o problema que se coloca é quando questionamos sobre essa norma, no sentido de saber quais seriam os seus fundamentos. Ou seja, em que nos basearíamos para o estabelecimento da tal norma? Os autores que acabamos de citar dizem que a norma é escolhida pela sociedade. E como é que a sociedade escolhe a norma? Lopes (2004), embora não discuta esta questão diretamente, oferece algumas indicações que podem sugerir a hipótese de ser pela via do uso da língua que a sociedade cria a norma, pois para ele, no caso concreto da língua portuguesa, nem os portugueses nativos deveriam ser os detentores e senhores da língua portuguesa, pois esta já não é só língua de Portugal, mas de todos os falantes que a usam:

Os falantes-nativos de Portugal sentem-se certamente orgulhosos pelo facto do Português ser um meio de comunicação internacional. Mas no processo de se

tornar um meio de comunicação internacional, deixou de ser apenas a língua do povo português. Não se está a falar de um poder que é delegado a outros, enquanto ao mesmo tempo se retém direitos senhoriais de propriedade. Outros povos detêm também esses direitos porque a língua portuguesa pertence a todos os que a usam e que gostam de nela se exprimir. (Lopes 2004: 80)

Deste modo, podemos afirmar que de facto a sociedade escolhe o modelo de comunicação, mas trata-se de um processo que, embora pertença à sociedade, as instituições têm depois o papel de registar o que a sociedade escolheu, encarregando-se de o devolver à própria sociedade a que a ela pertence. Os acordos ortográficos da língua portuguesa que têm sido celebrados são disso testemunho e, no nosso entender, exprimem perfeitamente a perspetiva apresentada por Lopes (2004) que afirma que a língua portuguesa já não pertence a um único povo.

Um detalhe que parece ter sido esquecido por Lopes (2004) é a realidade do contacto entre diversos povos, que na sua reflexão são os “novos donos” da língua portuguesa. Se é verdade que mesmo dentro dum determinado povo com categoria de nação a língua sofre mudanças ou variações ao longo do tempo, não é menos verdade que tais variações ocorrem em grande escala quando há contacto entre vários povos de contextos geográficos diferentes e distantes e possuidores de outras línguas diferentes, portanto, além da própria língua portuguesa. Ferreira, Carrilho, Lobo, Saramago & Cruz (1996: 524) afirmam, a este respeito, que “o contacto de línguas pode originar (...) múltiplos resultados, desde a morte de línguas até à criação de novas línguas, passando por situações intermédias de mixagem, de alternância, etc.”. Este detalhe, por um lado, corrobora a ideia de que a língua portuguesa já não é propriedade exclusiva do povo português (de Portugal), e por outro, acrescenta a ideia de que esta língua já não é, e não será, mais a mesma, mesmo se mantém o mesmo nome, por causa do tempo que evolui mas também e sobretudo por causa dos contactos com outros povos de lugares, línguas e culturas muito diferentes.

Direcionando o nosso olhar, mais concretamente, para o contexto moçambicano, precisamos de reconhecer, antes de mais, o que acabamos de constatar sobre as variações na língua portuguesa, numa perspetiva generalizada, que é e deve ser aplicável à realidade particular de cada nação que assume a língua portuguesa como oficial e conseqüentemente de unidade nacional, reconhecendo também as grandes diferenças regionais, mesmo dentro da única nação.

Dias (2009: 389-390) afirma, e passamos a citar:

Em torno do debate que vem ocorrendo à volta da moçambicanização da língua portuguesa, várias posições têm sido tomadas pelos estudiosos. Dentre elas podem ser identificados dois grupos principais de estudiosos: i) Um grupo que defende a oficialização imediata das mudanças em curso e a adopção de uma língua portuguesa moçambicana [...]; ii) Outro grupo que afirma não existir uma língua portuguesa moçambicana e que há apenas uma variante moçambicana em formação, pois não existem dados suficientes que permitam a padronização de uma variedade moçambicana da língua portuguesa. [...] Apesar de reconhecermos a legitimidade dos argumentos de cada um dos grupos, os factos inegáveis são que i) há diferenças entre a língua portuguesa falada em Moçambique e em Portugal nas principais áreas (léxico, sintaxe e fonologia) que determinam a mudança linguística; ii) a diferenciação dialectal que ocorreu e que está a ocorrer na língua portuguesa falada em Moçambique cria problemas no ensino, na aprendizagem e no uso da variante europeia adoptada como norma padrão da escola e dos Meios de Comunicação de Massas.

Destas afirmações que são todas pertinentes, pois nos revelam a real preocupação que existe em relação ao modo como a língua portuguesa tem sido usada e veiculada em Moçambique, gostaríamos de sublinhar o facto inegável (pois é cada vez mais acentuado nos últimos tempos) das diferenças entre a língua portuguesa falada em Moçambique e em Portugal, e o facto de essas diferenças criarem problemas no ensino, na aprendizagem e no uso da variante assumida como padrão. E sublinhamos esses dois aspetos porque, no nosso ponto de vista, são os mais preocupantes, sobretudo na perspectiva da nossa dissertação que focaliza os erros e/ou desvios em alunos universitários.

As diferenças e os consequentes problemas sublinhados pela nossa autora são muito preocupantes porque não só determinam um distanciamento cada vez mais crescente, como também vão tornando os discursos comunicativos cada vez menos eficientes, pois as construções discursivas imbuídas de erros lexicais e morfossintáticos dificultam a transmissão das mensagens que se pretendem transmitir. No dizer de Lopes (1997: 39-40):

o ponto de vista da naturalização – como processo - envolve considerações sobre como o produto foi produzido e/ou como é aceite e utilizado. Este ponto de vista tem em consideração os factores que condicionam não só a produção mas também a compreensão e a utilização das inovações. [...] O Português vem sendo modificado na pronúncia, gramática e discurso. As palavras são usadas de maneira diferente e novas palavras são introduzidas.

Portanto, as diferenças e/ou mudanças criadas não favorecem a compreensão sobretudo para quem não estiver envolvido ou abrangido por tais mudanças. Talvez seja esta a justificação para a urgência da naturalização ou padronização do Português moçambicano. Mas a questão que se coloca é: o que será padronizado? O léxico, a gramática, ou os erros e/ou desvios?

Ao questionarmos sobre o que padronizar, queremos simplesmente, indicar que o tema da criação da norma do Português de Moçambique deve ser encarado com critérios bem definidos e que tenham em conta, não somente as motivações político-económicas (como acontece com o adiamento indeterminado da subscrição do Acordo Ortográfico), mas também os aspetos sociais e o nível ou capacidade de absorção e socialização da tal possível norma; pois em nada valeria criar uma norma que depois ficaria guardada em gavetas ou apenas com uma categoria pequena de moçambicanos, sem ser, portanto, do domínio dos reais utentes da língua portuguesa: os alunos, operários e a sociedade em geral. Assim, acreditamos que o papel da norma poderia ser determinante na contribuição para se evitarem os erros e/ou desvios que diminuem a beleza da língua que Camões deixou para a humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que desenvolvemos foi exaustivo mas ao mesmo tempo gratificante: exaustivo porque exigiu de nós um esforço redobrado para, no meio de outras exigências, letivas e de outra natureza, conseguirmos levá-lo a bom porto; gratificante porque embora reconheçamos não ter esgotado todos os aspetos inerentes ao tema selecionado, ficou em nós a satisfação de termos dado um ponto de partida para posteriores aprofundamentos sobre um tema que, embora possa parecer irrelevante, é de grande importância.

As formas de tratamento não possuem apenas uma dimensão linguística, mas também incluem uma dimensão comportamental ou ética, internacional e também relacional. A sua produção incorreta pode sugerir aparente e objetiva falta de educação, o que, regra geral, não corresponde à realidade. Impõe-se, por isso, que haja todo um esforço, sobretudo na área da educação (ensino), no sentido de se ajudar as pessoas a usarem devidamente as formas de tratamento. A reflexão que fizemos foi mesmo na perspectiva de identificar o que influencia a incorreção nas formas de tratamento em ordem a encontrar pistas que possam contribuir para um uso correto das formas de tratamento, em salvaguarda da língua portuguesa (com a norma que tem ou possa vir a ter) e das relações humanas que se exprimem, obviamente, através das línguas que se conhecem e se usam.

Dito isto, finalizamos a nossa reflexão com algumas recomendações que, no nosso entender, deveriam ser tomadas em consideração para uma língua portuguesa mais bela, mais próxima dos seus falantes e mais adequada às realidades socioculturais, económicas e políticas dos seus utilizadores:

- Que as famílias que usam a língua portuguesa como L1 procurem conhecer a sua dimensão científica ou académica para não se limitarem apenas a comunicar,

mas também a conseguirem comunicar de forma correta e agradável (incluindo, portanto a dimensão artística da língua);

– que as instituições de ensino, de todos os níveis, não só se limitem a transmitir os conhecimentos científicos que cada docente tem como sua responsabilidade exclusiva, mas adotem metodologias que favoreçam o uso correto da língua que é veículo de transmissão de todos os conhecimentos científicos;

– que quem de direito trabalhe no sentido da criação de um organismo de censura linguística dos programas televisivos e/ou elaboração de alguma lei que proíba a emissão de programas que influenciam negativamente a sociedade;

– e, finalmente, que as autoridades governamentais, particularmente as ligadas à educação, criem um organismo constituído por linguistas, para fazerem um estudo permanente no sentido de se definir, com critérios adequados, sobre a pertinência ou não da criação da norma do Português de Moçambique, e isto não seja trabalho de estudiosos que o fazem apenas por mera simpatia académica.

BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (1980). *Dicionário Enciclopédico*. Lisboa, Rio de Janeiro, Nova York: Koogan Larousse Seleções.
- AA.VV. (2006). *Programa de Metodologia de ensino de língua portuguesa*. Maputo: Ministério da Educação e Cultura.
- Cardeira, E. & Mateus M. H. (2007). *O Essencial sobre Língua Portuguesa, Norma e Variação*. Caminho: Lisboa.
- Carreira, Maria Helena Araújo (1997). *Modalisation linguistique en situation d'interlocution : proxémique verbale et modalités en portugais*. Louvain:Peeters Publishers.
- Carrilho, E., Cruz, L. & Ferreira, M., Lobo, M. & Saramago, J. (1996). *Variação Linguística, Perspectiva dialectologica*. In I. H. Faria, E. R. Pedro, I. Duarte & C. A. M. Gouveia (orgs.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Chirindze, H., Langa, D., Langa, J., Manjate, C. & Mungoi, P. (2009). *Brochura de Cicopi, Manual para o apoio ao Professor do Ensino Básico – 1.º Ciclo*. Gaza.
- Cintra, L. F. L. (1986). *Sobre formas de tratamento na Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Costa, J (Coord.) (2010). *Gramática Moderna da Língua Portuguesa*. Lisboa: Escolar Editora.
- Costa, J. (Coord.) (2003). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Cunha, C. & Cintra L. F. L. (1999). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Dias, H. (Org.) (2009). *Português Moçambicano: Estudos e reflexões*. Maputo: Imprensa Universitária.

- Duarte, Isabel Margarida (2010). «Formas de tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna». In Brito, Ana Maria (org.). *Gramática: história, teorias, aplicações*. Porto. Universidade do Porto, 133-146.
- Faria, I. H., Pedro, E. R., Duarte, I. & Gouveia, C. A. M. (Orgs.) (2005). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Fernandes, Gonçalo (2010). “O princípio da cortesia em português europeu”. In Maria Iliescu, Heidi M. Siller-Runggaldier e Paul Danler (Eds). *Actes du XXVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes* (Innsbruck, 3 – 8 septembre 2007). Berlin, New York: De Gruyter.
- Gonçalves, P. (Org.) (2010). *O Português escrito por estudantes universitários: Descrição linguística e estratégias didáticas*. Maputo: Texto Editores.
- Gouveia, C. (2008). «As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em Português Europeu». In Duarte, I.M. & Oliveira, F. (eds.) *O fascínio da Linguagem*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 91-100.
- Langa, D. (2013). *Morfologia do verbo em Changana*. Maputo: Centro de Estudos Africanos – UEM.
- Lopes, A. J. (1997). *Política Linguística, Princípios e Problemas*. Maputo: Livraria Universitária – UEM.
- Lopes, A. J. (2004). *A Batalha das Línguas, Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária – UEM.
- Marques, Maria Aldina (2008). «Quando a cortesia é agressiva. Expressão de cortesia e imagem do Outro», In Duarte, I.M. & Oliveira, F. (eds.). *O fascínio da Linguagem*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 277-296.
- Mateus, M. H. M., Brito, A. M., Duarte, I. & Faria, I. H. (Orgs.) (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Mateus, Maria Helena Mira & Esperança Carneira (2007). *O Essencial sobre a língua portuguesa: Norma e Variação*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Matos, J. C. (2010). *Gramática Moderna da Língua Portuguesa*. Lisboa: Escolar Editora.
- Montenegro, H. M. (2004). “Desgramaticalização da Língua Portuguesa (do desvio ao erro). In *Actas 3º Colóquio Anual da Lusofonia da Câmara Municipal de Bragança*, 21-23 Outubro 2004.
<http://epub.sub.uni-hamburg.de/epub/volltexte/2011/2195/pdf/actas2004.pdf>
- Pereira, E. M. (2010), *P8 – Português 8ª Classe*. Maputo: Texto Editores.

- Raposo, E. B. P et al. (2013). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (2 vols.).
- Relvas, J. M. (s/d). *Gramática Portuguesa* (2ª edição, revista, actualizada e aumentada). Póvoa de Santo Arião: Europress.
- Rodrigues, David Fernandes (2003). *Cortesia Linguística: uma competência discursivo-textual*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (diss. doutoramento).
- Silva, L. A. (2008). «Cortesia e formas de tratamento». In Preti, D. (Ed.) *Cortesia Verbal*. S.Paulo: Humanitas, 177-192.
- Simões, Maria João (2007). “As Concepções de Erros no Ensino de Línguas”. In *Anais do VI Congresso de Letras: Linguagem e Cultura: Múltiplos Olhares*. Disponível em: <http://bibliotecadigital.unec.edu.br/ojs/index.php/unec03/article/viewFile/292/368>
- Teixeira, José (2003). “Norma Linguística e Erro – Uma abordagem cognitiva”. *Revista Portuguesa de Humanidades* 7 (2003) 125-131.

ANEXOS

Os textos que apresentamos, a seguir, foram selecionados de entre os que melhor se podiam ler, de um total de 63, escritos por alunos do curso de Nutrição da UniLúrio (Universidade Lúrio – Pólo de Nampula) e do curso de Filosofia da UPN (Universidade Pedagógica – Delegação de Nampula).

Para a elaboração dos textos, os alunos foram instruídos para produzirem redações que representassem diálogos fictícios entre duas pessoas que não tivessem nenhum relacionamento de intimidade. E preferencialmente que fossem duas pessoas que se encontravam pela primeira vez. O objetivo era levar o aluno a recorrer ao tratamento por deferência, podendo uma das duas pessoas, por exemplo, se fosse um docente, tratar o seu discente por “tu”.

As redações não deviam incluir assinaturas, mas vários alunos assinaram. Um e outro pode ter criado um pseudónimo, porque isso lhes foi dito que poderiam fazê-lo, caso assim quisessem.

Nome : Alcides Raul Marroda

curso : Nutrição

Redação

Diálogo entre professor e aluno

Aluno - bom dia docente

Professor - bom dia como estas?

Aluno - estou bem obrigado, mas algo me preocupa Sr professor.

Professor - diga-me estas a ventada

Aluno - obrigado pela disponibilidade, sim a que me preocupa é mesmo sobre rimas só sei que é a concordância de sílabas nas finais das palavras ou frases, e não consigo distinguir quanto ao tipo gostaria que me ajudasse neste sentido Sr professor.

Professor - com todo o prazer eu ajudo-te e, presta atenção: existe a rima emparelhada em que muita das vezes encontramos nos textos poéticos elas concordam concorrentemente nas finais de cada verso.

ex: Minha namorada

Ela é acuada.

Vive na sagrada

E também encontramos outro tipo de rima cruzada em que a concordância é alternada ex:

A
B
A

E sem esquecer da encadrada em que um verso no seu final rima com um palavra do proximo verso ex Diz não mais repeti sim,
Diz sim mais repeti não.

Existe também a rima entrecruzada que fica como TPC.

Aluno - obrigado professor por ter com todo prazer já pude perceber os tipos de rimas

Professor - obrigado eu fui bem te ajudei

Aluno - até a vista.

Diálogo entre um professor e um aluno.

A admissão dos candidatos ao curso de Nutrição

Prof: Nestes últimos dois anos há muita admissão dos candidatos ao curso de nutrição, então gostaria de saber de si porque se seja é que irá querer a seguir este curso?

Al: Escolhi o curso de nutrição porque em várias partes do nosso país produzem-se alimentos ricos em proteínas mas a população não tem uma dieta alimentar equilibrada então, estou a fazer este curso para ajudar este tipo de pessoas que têm alimentos suficientes mas não se alimentam de uma forma saudável.

Prof: Quais são as perspectivas em relação ao curso?

Al: Penso que depois de terminar o curso terá mais conhecimentos relacionados com o curso e ajudarei a melhorar a dieta alimentar das comunidades.

Prof: Onde é que gostaria de trabalhar e com quem?

Al: Gostaria de trabalhar nas comunidades e com crianças, visto que elas são muito vulneráveis a doenças ligadas a má nutrição.

Prof: Depois de concluir a licenciatura pretende mais estudar ou ter uma outra formação?

Al: Depois de eu concluir gostaria de fazer o Mestrado e o Doutoramento na área clínica para poder aprofundar mais o curso.

Prof: O que acha sobre o mercado de emprego no que concerne ao curso de nutrição?

Al: Em relação ao curso de nutrição acho que o nosso país precisa de muitos nutricionistas, visto que a Universidade Lúcio é a única no país que leciona quadros desta área de nutrição e as empresas e o governo também precisam de pessoas especializadas em nutrição.

Prof: Muito obrigado pela atenção e passe bem.

Al: Obrigado diga eu.

Ana Raquel Ernesto Manuel.

Universidade Lurio
Nampula 16/02/1012

Nome: Anica Fargy Abdulky Teixeira da Silva

Redação

Diálogo entre uma professora e uma sua aluna.

- A. Bom dia senhora Professora!
- P. Bom dia obrigada!
- P. Qual é o seu nome?
- A. Meu nome é Paula António, lembra-se de mim?
- P. Não faço ideia, faça-me lembrar.
- A. Fui sua aluna na Escola Secundária de Pombal na 8ª classe.
- P. Há...! Já me lembrei feste a chefe de turma não é?
- A. Sim fui chefe de turma, durante 6 meses.
- P. Onde morras?
- A. Moro no Bairro de Mubala expandido, perto do novo mercado que está em construção, há 5 anos.
- P. O que fazes?
- A. Estou fazendo Faculdade de Ciências 1º ano de Nutrição.
- P. Que bom! tens sucessos nos seus estudos.
- A. Obrigada!
- A. De onde vem?
- P. Venho da Faculdade de Ciências, também estou fazendo faculdade no curso de Nutrição 3º ano, Apesar dos cursos serem diferentes somos colegas e podemos preparar juntas as lições no final da semana nas disciplinas de Português.

A. Acha muito bom, virei em sua casa.

P. Está bom, estarei a sua espera pelas 8:00.

P. Táã..

A. Táã..

Redação

Diálogo entre um professor e um seu aluno

Era uma vez, um aluno que frequentava uma escola que ficava distante da sua casa. Era preciso percorrer cerca de doze quilômetros para lá chegar, facto que fazia com que ele chegasse frequentemente atrasado.

Um dia o seu professor, de tanto preocupado pela frequência dos atrasos dirige-se ao aluno e disse:

Prof: Porquê que tu chegas à escola sempre tarde?

Al: Olha, sr. professor, eu gostaria de ser pontual. Mas a distância que tenho de percorrer é grande.

Prof: Onde é que tu moras?

Al: Moro no povoado de Marre, que fica sensivelmente há doze quilômetros daqui.

Prof: Com quem moras?

Al: Moro com os meus pais e meus irmãos.

Prof: Gostarias de viver um pouco próximo da escola para melhorares a tua pontualidade?

Al: Claro que sim, sr. professor. Até mesmo, acredito eu, que havia de melhorar, não só a pontualidade, como também o próprio rendimento pedagógico seria acrescido, visto que reduziria o tempo de caminhada de 1/2 para a escola, tempo esse que poderia usar quer para descansar, quer, ~~para~~ e sobretudo, para ampliar o tempo de revisão da matéria.

Prof: Então vou fazer-te uma proposta para vives viver numa das casas da escola. Tem

ali uma, onde vivem três seus colegas.

Al: Muito obrigado sr. professor. Espero e ~~pro~~to
prometo com a sua ajuda melhorar todo o meu
desempenho como aluno.

Exercício giscard da Fô Antunes

Diálogo entre um professor e um seu aluno

Al: Bom dia professor!

Prof: Obrigado! e um bom dia pra si também como estas?

Al: Este bem e obrigada.

Al: Professor! durante a aula de hoje o professor falou acerca das cuidados alimentícios.

Al: Pois é! eu gostaria, que o professor abordasse mais no que diz respeito a alimentação de uma forma mais aprofundada.

Prof: Bem como dissera durante a aula, que a alimentação, é um dos veículos a uma vida saudável e não só, é também um dos veículos a contaminação de muitas doenças, que pode terminar em uma morte.

Al: Como assim!

Prof: Pois é! e não só, os alimentos são encarregados de benéficos e malfícios, a nossa saúde

Al: Sim! mas como?

Prof: Os alimentos oferecem-nos nutrientes, que por sua vez, nos proporciona a energia e mantém o bom funcionamento do organismo.

Al: Afinal!

Prof: Se não cuidarmos bem da nossa alimentação sujeitamo-nos aos grandes riscos de infecções e contaminação de impurezas contidas na alimentação.

Al: Qual uma das doenças que podemos contrair se descuidarmos da nossa alimentação?

Prof: Bem! podemos apenhar por exemplo: a cólera que é um caso, que quando não lavamos os alimentos e as nossas mãos antes de ingerirmos o

Al: O que podemos fazer para que tenhamos os alimentos de qualidade e uma boa alimentação, e que libere-nos das doenças.

Prof: É sempre bom, antes comprarmos escolhermos
os alimentos que estejam em boas e devidas
condições para o consumo, de modo que não estejam
expostos a contaminações de bactérias e outras
possíveis ineficazes, e lavarmos antes do consumo.

Euclides Alcides Jacquin

1º semestre Nutrição

Universidade Lúcio

23.02.2012

FERNANDO MAHARJO

REDACÇÃO

Tema: A Dúvida da Aluna Maria

Depois das aulas a Maria procurou o Professor de Biologia!

Maria: Bom dia Professor Nelson!

Professor: Bom dia Maria

Maria: Professor tenho uma dúvida, podia me esclarecer?

Professor: Qual é a dúvida Maria

Maria: É sobre as plantas, queria saber se as plantas respiram.

Professor: Claro que sim eu vou te esclarecer melhor.

Professor: As plantas respiram, tem a respiração das plantas e diferente da respiração humana as plantas absorvem o dióxido de carbono e libertam o oxigênio por meio das suas folhas respiratórias. Estás satisfeita agora Maria?

Maria: Sim, Professor e muito obrigada pela compreensão e me tiraste um peso nas costas Professor.

Professor: de nada foi um prazer ajudar-te se tiveres outras dúvidas não hesites todos me perguntam

Maria: Obrigada até logo Professor Nelson

Professor até logo Maria.

Nome: Geraldo Bartolomeu Mateus

Aluno: Bom dia Sr Professor

Prof: Bom dia meu querido aluno

Aluno: Então Como é que tens andado

Prof: Estou bem e tu Como tens andado

Aluno: Mais ou menos

Prof: Porque mais ou menos

Aluno: Bem, é devido aos problemas económicos que ultimamente afectou a minha família e não quero perder o ano ficando sem estudar pois gostaria de continuar com os meus estudos.

Prof: Não sei, se trarei solução para tua família é assim deves concorrer para uma Universidade Pública e poderás pedir uma bolsa de estudos e os teus pais poderão contribuir com aquilo que eles ganharem.

Aluno: Professor eu não sabia que para as Universidades Públicas davam bolsas para aqueles que os seus pais têm um rendimento muito baixo.

Prof: Gostaria que todos meus alunos entrassem para Universidades para aumentarem o seu nível Académico não só que continuem a fazer outros níveis subsequentes.

Aluno: Muito obrigado por me manter informado das oportunidades que as Universidades Públicas oferecem e a outra parte que falta é fazer perceber os pais para que possam me ajudar nesse âmbito.

Prof: Contudo, desejo-te boa sorte e que sigas enfiante e que possas encerrar as coisas com sucesso e estudar para admitir nos exames de admissão

Nome: Helga Marina Gadaga Bastião

Diálogo entre o professor e o aluno

Um dia, deparei-me com uma situação, pois aconteceu quando estava no ensino secundário.

Na turma em que eu frequentava, existia uma aluna muito rebelde, portanto vi o professor conversando com ela.

Prof: Amélia, tens concepções do que tens fazer na escola?

Aluna: Sim professor!

Prof: Não me parece, deves mudar. Olha só para outras colegas, deves te empenhar, dedicar. Pois a escola não é para boicadiceiras.

Aluna: O professor é meu pai?

Prof: Não mais sou educador e pai, portanto devo conversar contigo, porque depois no fim do ano poder reprovar.

Aluna: Não se preocupe comigo professor, sei o que é melhor para me.

Prof: Ainda és menor de idade, os mais velhos quando falam contigo deves saber ouvir pois queremos o melhor para ti.

Aluna: Muito obrigada professor, por ter conversado comigo, prometo que vou mudar e ser uma aluna melhor.

Professor: Fico feliz por ti, espero que mudes para o melhor.

Nome: Hilário Moniz Soares

~~Classe de Nutrição~~ Dia 10 de Junho 2012

Redação

Prof: chamou-me de Cristóvão Tinja, Tenho 23 anos de idade, sou Natural de Matungula, Província do Niassa, como te chamas?

Aluno: chamou-me de Benício Aly, natural de Malilica, posto administrativo de Chibunido, Distrito de Lichinga Província de Niassa, Tenho 15 anos de idade, porque senhor prof. pergunta-se isso só para o caso da aula?

Prof: como Estudante! Quero fazer uma entrevista sobre os problemas que há Escola enfrenta.

Aluno: Quê? Se até agora eu vejo aqui os professores o que aceciam as suas aulas?

Prof: Estudante as raparigas é que provocam usando saídas de uniforme.

Aluno: porque elas não aceciam as nossas colegas visto que elas é que põem as saídas certas, sabem, ou os alunos evitam as professoras?

Prof: Não Estudante! A professora gostou do seu futuro por isso ela sempre diz: Vamos o que nós interessa.

Prof: porque é que a maioria índices de literacia é tão baixa?

Aluno: A maioria de serviços não trabalham.

Prof: Vos não podem fazer uma simbioza no vasto campo
do clare?

Aluno: Não prof. não. Viemos estudar, não viemos para
refazer o nosso pacto de uniformes, o governo tem
os seus funcionários para este tipo de serviço.

Prof: Porque há maior índice de existência nas
Escolas?

Aluno: Não tenho muito por falar sobre este assunto,
mas posso dizer talvez possa ser através de ritos
de iniciação.

Prof: Ritos de iniciação...?

Aluno: Sim ritos de iniciação!

Prof: explica melhor não! estudante.

Aluno: As sociedades após a saída desta cerimónia de
adão que já estão preparados para terem o seu
proprio lei, e por causa da pobreza os pais acabam
cedendo a sociedade e um lei, tornando-se assim
ricos.

Prof: por isso há maior índice de mortalidade neste
tipo administrativo?

Prof: Não há um mecanismo para por fim este outro?

Aluno: Não tenho ideia prof. Talvez se os líderes abularem
este acto ou, falarem com a população?

O diálogo entre o Professor e o Aluno

Antes do início das aulas na faculdade, registou-se um período que nós estudantes denominamos por férias, que é bastante agradável para um bom repouso da mente ou então uma mudança de rotinas e de rotina, é tempo de nos dedicarmos em aquilo que mais gostamos de fazer.

Uma coisa não ficou a vontade de marcar um novo grande passo na vida, que é o de entrar para uma faculdade, experimentar um novo nível acadêmico, conhecer novos colegas e docentes. E sem esperar o que uma manhã de chegar à faculdade, um docente deu início a um diálogo serrado, pois era necessário que se fizesse um diagnóstico sobre as minhas expectativas para o ano:

— Bom dia mamãe! Eu sou o Professor Cadamonte, leciono a matéria de Português. E tu? Como te chamam?

— Bom dia senhor professor! Eu sou a Sara, vim para o curso de Nutrição.

— Início de viagem, assim te sentes no primeiro dia?

— Sinto-me bem professor, mas também curiosa.

— Porquê curiosa?

— Muita de coisas especiais professor, apenas por ser o primeiro dia. Creio eu que já se tenha sentido assim algum dia, em algum lugar.

— Mas é claro que sim! Por isso procuro te que é normal e te digo que isto não é nenhum bicho de sete cabeças.

— Pois sim, sim, quero assim acreditar senhor professor.

— Já agora, diga o que acha da disciplina de Português e se gosta dela... E o que espera

— Da disciplina penso que é muito importante e gosto sim dela. Por isso espero que o professor transmita a matéria de forma compreensível e abrangente a todos.

— Peis sem. Então se me resta desyar - te boa sorte e um
bom trabalho.

— Muito obrigada senhor professor, peço-lhe desculpas
muito bom.

Sara Pedro Coimbra,
Fevereiro, 2012.

Diálogo entre um professor e um aluno

Al: Bom dia professor.

Prof: Bom dia, es um novo estudante?

Al: Sim sou.

Prof: De que província es, qual é a sua idade e que curso pretendes frequentar?

Al: Sou da Província da Zambézia, distrito de Quelimane. Tenho 19 anos de idade e pretendo frequentar o curso de Nutrição.

Prof: O que levou-te a escolher esta universidade?

Al: Porque a universidade tem qualidade de ensino, porque na faculdade que me inscrevi tem o curso que pretendo frequentar visto que a universidade é uma das melhores do País.

Prof: Como te sentes agora por ter conseguido entrar na faculdade?

Al: Me sinto ~~honrado~~ honrado, pra mim é um sonho realizado. Porque entrar nesta faculdade não foi fácil e foi o meu maior desejo, porque sempre sonhei trabalhando com a sociedade. Sempre foi meu desejo ser uma nutricionista para poder contribuir fazendo a minha parte com o conhecimento queinei adquirir acerca da área nutricional, cuidando das crianças mal nutridas em particular e a população em geral.

Prof: Eu serei o seu professor da cadeira de Português. Na sua opinião o que é que vais aprender nesta cadeira?

Al: No meu ponto de vista, euinei aprender as formas que devo me discursar, melhorar na ortografia, conhecer melhor os atos de fala, aprender a elaborar um relatório e muito mais.

Prof: O que achas sobre a juventude actual, como eles comunicam-se sená que é da melhor forma?

Al: A juventude dos nossos dias, não conseguem se expressar melhor. utilizem muito calão, falam de uma forma incorreta e não conseguem se posicionar em termos de articulação da linguagem que é o meu caso. É espero que o professor sendo um docente desta cadeira possa me ajudar para melhorar neste aspecto.

Prof: Eu já fiz o máximo para conseguir resolver o seu problema. Foi muito bom conversar contigo e seja bem vindo a Universidade e a Faculdade de ciências.

Inocência do Ângelo Guilherme

Diálogo entre um professor e um seu aluno.

Conversa

- Bom dia, senhor professor

- Bom dia. Como estás?

- Eu estudei bem, não sei ao seu lado.

- Também estou bem.

- Eu sou José Félix João, tenho 49^{os} nascido a 28 de Março de 1993, província de Sofala, Distrito do Pondo, natural do Pondo e nacionalidade Moçambicana. Por favor, Sr professor pode-me dizer o seu nome, nacionalidade, idade, número de filhos e nome da sua esposa?

- Eu sou Chicopo António, estrangeiro, 43 anos de idade, sou o pai de 3 filhos a saber: duas raparigas e um rapaz e o nome da minha esposa é Antonia Castano também conhecida por Nina.

- Qual é o teu desafio?

- Meu grande desafio é o transporte. O senhor professor, pode-me dizer qual é a cadeira que dá na Universidade líria também designada "Unilíria"?

- Sobretudo, eu dou, ao primeiro e quinto semestre a cadeira de Bioquímica. O que tu fazes nos teus tempos livres.

- Toclaria, eu gosto de ler jornais, livros, revistas, mas gosto de jogar: futebol-11, basquetebol.

- Eu agradeço ao Sr. professor Chicopo, pelo que aceitar conversar comigo...

José Félix João.

Faculdade de Ciências de Saúde
Curso de Nutrição
Bandeira de Português

Estudante: Jélio Herculano Martinshe

Redacção

Diálogo de um professor com um seu aluno

Será apresentado nesta redacção, um diálogo entre um professor e um seu aluno, o qual tinha como tema "acta de reunião de turma" onde o professor tinha como objectivo avaliar o nível de conhecimento do seu aluno no que tange à acta de reunião de turma:

Prof: Bom dia

Al: Bom dia senhor Professor

Prof: Alguma vez ouviste falar ou elaboraste uma acta de reunião?

Al: Já tive a ~~emp~~ oportunidade de elaborar.

Prof: Podes me dizer quais são os passos a seguir na elaboração de uma acta de reunião

Al: Ao elaborar uma acta de reunião é necessário seguir os seguintes passos: referenciar o nome da instituição em que foi realizada a reunião; em seguida o título "acta de reunião", a seguir

escrever a data, hora de início, local onde decorreu a reunião; quem presidiu a reunião, não esquecendo de anotar o número total de participantes. Depois começa a desenvolver, ~~os~~ assuntos da agenda, apresentando com detalhes a contribuição de cada participante.

Professor: Parece que dominas o tema mas esqueciste de referenciar onde enquadravas a agenda

Al: Sim, tinha-me esquecido, antes de começar a desenvolver os assuntos da agenda tive de deixar patente a própria agenda.

Prof: bom, estás num bom caminho, mas tens que lutar para melhorar.

Redação

Tema: Baixas notas do aluno João

Al: Bom dia Senhor Professor

Prof: Bom dia João, Como estas?

Al: Meu estou bem de saúde, graças a Deus

Prof: Olha João, eu lhe chamei aqui a sala dos professores porque, andei notando que nas últimas suas duas avaliações, tiveste notas baixas. O que terá se passado contigo?

Al: Primeiro tenho a dizer, que as matérias das provas não foram tão difíceis mas, como não tive tempo suficiente para rever em casa, não consegui.

Prof: O que andas a fazer para não tempo de estudar em casa?

Al: Meu sou filho único e os meus pais são pobres e desempregados por isso quando volto da escola, tenho de lavar roupa na cabeça e vender verduras nos quintais para o meu sustento. Depois de voltar da venda por vezes a noite, tomo banho, como e depois tento rever as matérias. Devido ao cansaço há dias que nem consigo rever.

Prof: Tudo bem João; agora percebi porque dessas notas. Vou lhe dar uma carta para solicitar o encaminhamento de educação para comparecer amanhã aqui na escola para podermos discutir a divisão de tarefas em casa, de modo que tenhas tempo para estudar. Agora podes ir João.

Al: Muito obrigado Senhor Professor, farei chegar a carta.

Prof: Va' com Deus.

Dialogo entre um professor e o seu aluno.

Tema: Acerto de Equações Químicas.

Era um dia lectivo, o professor Abel entra na sala de aula, cumprimenta os seus pupilos, e eles respondem dizendo bom dia senhor professor. O professor Abel faz a devida apresentação do tema, escreve no quadro preto o tema "Acerto de equações químicas". E como introdução do tema o prof. levanta um aluno chamado Anacleto, para questionar o que ele entendia em relação ao acerto de equações químicas.

Prof. O que entendes por equações químicas?

Al. Se a memória não me seja infiel, equações químicas é a representação gráfica de uma reacção química.

Prof. Bem! Então o que seria acerto de equações químicas?

Al. Penso que seria o ajuste de massa dos elementos presentes, ou seja, envolvidos na reacção.

Prof. "Satisfeito" Que bom! mas existem vários métodos que são usados no acerto das equações químicas.

Prof. Tu já sabias disso?

Al. Não.

Prof. Podemos fazer o acerto de equação química usando por ex: O método ião-electrão, acerto de equações químicas em termos de massa, não só, mas também usando o método misto.

Al. Eu ainda não tinha esse conhecimento profundo em relação a variantes metódicas de acerto

de equações químicas.

Prof. Tá bom! Nós ainda voltaremos a falar nisso na próxima aula.

Prof. Até amanhã.

Al. Até amanhã senhor professor.

Por Martinho Gamas Dinis Martinho

Enquanto o conteúdo mudou, como se chamava nas escolas o conteúdo do 15.º ano, quando eu frequentava a 10.ª Escola Secundária e Professor de Matemática que no 1.º ano de licenciatura usava os termos da 2.ª Série de Leipzig com um dos seus alunos.

O Professor entrou com dois ou três alunos no jardim da escola quando viu a sua esposa, Maria, e passou a chama-la.

- Prof: Menina Maria aproxima-se por favor.

Maria vestiu o casaco como se fosse o que a sua mãe usava, e começou a entrar para dentro e a gravada amarela a sua cintura.

- M: Sim Professor!

- Prof: Poderia fazer-me como conseguiste entrar no recinto escolar sem que os guardas se apercebam que não estás oficialmente fora dentro no recinto?

- M: Eu entrei com a minha amiga do 1.º ano e ela parou no lugar por isso de passar-me dentro.

- Prof: "Como?"

O Professor pareceu que tivesse ouvido algo pois a sua esposa entre no jardim e não de dentro.

- Prof: Mas de onde de onde a mãe de dentro?

- M: Sim Professor, quando entrei fui directamente a casa de minha mãe e voltei a sair.

- Prof: Menina Maria, no jardim há árvores que têm um pequeno mas muito simplesmente engarrafado as guardas e quando entram na escola é como se fosse o jardim que querias. Vai agora mesmo para casa de minha mãe e volta a voltar-me como antes quando está de fora sem que eu o faça fazer mais coisas e apresento-te de novo amanhã para me fazes chamar o teu endereço de educação.

A última coisa - conheço o Professor e fizera a companhia ao marido.

Náziya Sadiya Amade

Nome: Paulo Andrassone Júnior

Diálogo entre um Professor e um seu aluno

Prof: meu querido aluno penso que faças a sua apresentação, uma apresentação que consta: o seu nome completo, Naturalidade e a sua idade.

Al: Eu sou Edgar Romeu, Natural de Maputo e tenho 19 anos de idade.

Prof: Maputo em que parte mais ao menos?

Al: Na cidade de Matola.

Prof: Eu também sou de Maputo e vi ca em namputa no ano 2002, é que fui convidado pela UCM para vir leccionar a cadeira de Técnicas de Comunicação. mais o que te levou a vir se inscrever nesta instituição, sei dizer eu que a UCM é uma instituição Privada e a mensalidade é muito elevada comparando com as instituições Públicas.

Al: A UCM foi como uma única saída que tive, para que perdesse o ano sentado em casa, além disso, eu concorri em três universidades Públicas so que não tive bons resultados.

Prof: Os resultados foram tão Pessimos assim até não dar para constar na lista dos suplentes?

Al: É claro Professor nem deu para refazer.

Prof: Então seja bem vinda a faculdade de Direito e boa sorte.

Al: obrigado Professor.

Redação

Diálogo entre um Professor e o aluno

Fra uma vez um Professor e o aluno encontram-se sentados numa árvore conversando, a cerca das férias escolares.
Prof. Olá meu Carro aluno, como ypassaste as férias.

Alun. Fu ypassei bem, na companhia dos meus familiares e amigos, fui visitar os meus amigos em Quelimane no distrito de Pebane, onde aproveitei muita a ypraia, sentir o sol dos lazuarinas, saborear a água doce de Caca, navegar de canoa com alguns marinheiros que la encontrei, em fim gostei tanto do que verifiquei e espero voltar la, nas outras férias. F o senhor onde Passou?

Prof. Fique na companhia dos meus livros lendo algumas literaturas que não tive oportunidade de ler durante o ano, ypesquizei acerca de como interagir com os estudantes, as boas maneiras de se relacionar. Neste ano na Cordeira de Português irei abordar acerca das boas maneiras, que na sala de aula, ~~tem~~ também muitas locais de grande importância.

Name: Quinto Zora Assane.

Drogas

prof: O que é droga?

Alun: Droga é toda e qualquer substância, natural ou sintética que consumida no organismo modifica suas funções.

prof: Qual é a diferença desses dois tipos?

Al: As naturais são obtidas através de determinadas plantas e animais e de alguns minerais.

As sintéticas são fabricadas em laboratório.

prof: O que leva as pessoas a procurarem drogas?

Alun: Muitos deles experimentam por curiosidade, para acompanhar amigos, escapar de problemas pessoais entre outros.

prof: As drogas podem levar alguém a morte?

Alun: Sim, porque o uso de quantidade excessiva de droga pode causar intoxicação grave e levar a morte.

prof: E como ela pode nos prejudicar?

Alun: A droga pode prejudicar cada indivíduo fisicamente, mentalmente e socialmente.

prof: E o álcool faz parte das drogas?

Alun: Sim, e por sinal a droga mais antiga utilizada pelos homens.

prof: Quais são os prejuízos ocasionados pelo álcool?

Alun: O álcool afeta todas as funções do organismo e seus efeitos ficam mais intensos quando é usado juntamente com acalmantes.

prof: Qual seria o efeito mais preocupante do uso prolongado das bebidas alcoólicas

Alun: O álcool usado cronicamente produz dependência, em é o pior efeito porque provoca varios outros problemas.

prof: O que dirias para os consumidores das drogas e álcool?

Alun: O conselho que deixo é de que temos combater com o consumo de drogas e álcool cronicamente, porque só nos tratão prejuizos em nossas vidas.

Rapierque José Alberto

Data: 24.02.2012.

Nome: Sherife Eduardo José
Curso: 1º semestre nutrição

Disciplina: Português.

Teste diagnóstico

Redação sobre um diálogo entre um professor e seu aluno.

Este é um diálogo entre um docente que é nutricionista que exerce uma função de coordenadora do curso de nutrição.

Al: Bom dia Dr

Prof: Bom dia, como é que estas?

Al: Eu estou bem mas muito triste

Prof: Porque?

Al: Porque esta agora a ver a lista dos admitidos para a medicina geral e não consta o meu nome, mas sim no curso de nutrição.

Prof: mas porque esta triste uma vez que conseguiu nutrição?

Al: Docente eu tive um sonho na qual almejei durante muito tempo, desde criança sonhei em ser uma médica e não estorforcei bastante, mas não consegui e não sei o que eu faço toda a pensar em não matricular e esperar de que eu faça um outro exame de admissão do proximo ano a to conseguir

Prof. Caro aluno, a nutrição é um bom curso, não te vais arrepender se tu matriculares para tal, em primeiro lugar dizer que nutrição é um curso exclusivo e esta universidade é a única em moçambique que dá esse curso, e não só, tendo em conta que moçambique está numa batalha de desenvolvimento e sendo um país de grandes problemas, e um nutricionista tem mais vantagens. Na nutrição voce pode trabalhar em 2 áreas: clínicas e outra comunitária e voce pode trabalhar num hospital assim como numa comunidade.

Al: O problema Dra é que eu gosto de trabalhar com crianças, podendo ajuda-los, salvando vidas; sera que um nutricionista pode fazer-lo?

Prof: claro; como eu disse antes na área clínicas voce pode trabalhar com crianças mal-nutridas, já imaginou voce sendo um assistente de um bebe que estava mal-nutrida e voce consegue recuperar, e dizer "consegui" o orgulho que estara em ti?

Al: Aham, obrigada Dr, eu achei que a nutrição só pode trabalhar com comida como dizem por ai "cozinheiros", agora vou já para casa. e vou tratar todos os meus documentos urgentes para vir matricular neste curso, assim já estou a gostar do curso, muito obrigada pela ajuda.

; vai logo, prometo que não vou te arre-
der mais deves estudar muito,
é claro e com muita força e vontade.

Audêneo Victor, Curso: Nutrição 1º ano

Diálogo entre um professor e um seu aluno.

Aluno: Bom dia senhor

Prof: Bom dia Menino

Aluno: Como vai a saúde do senhor

Prof: Tudo ótimo, e tie?

Aluno: Também bem.

Prof: Tu es estudante desta instituição de ensino superior

Aluno: Sim senhor.

Prof: Que curso te frequentas nesta Universidade

Aluno: Faço parte da Faculdade de Ciências de Saúde, mas concretamente no curso de Nutrição

Prof: Me parece que sejas meu estudante.

Aluno: O senhor é docente?

Prof: Sim, sou docente da cadeira de português,

Aluno: Prazer em conhecer em (o) conhecer o senhor,

Prof: Prazer também.

Aluno: Há quanto tempo o senhor leciona nesta universidade.

Prof: Há 5 anos.

Aluno: Qual é a sua profissão.

Prof: Sou licenciado em filosofia e doutorado em ética, e faço o mestrado em linguística pela necessidade do docente da cadeira e passei a dar a cadeira de português

Aluno(Prof): O docente tem um grande currículo e recheado

Prof: Por acaso pela experiência da vida que traze ajudado-me bastante. De tantos cursos que a faculdade de Ciências de Saúde ministra, porque optaste no curso de Nutrição.

Aluno: Optei pela Nutricao e' um curso novo em Moçambique
& tambem para responder a demanda populacional, Mantendo
em equilibrio em termos de reservas alimentar e Nutricional
da populacao e ajudar a populacao a planejar os seus
alimentos de uma forma racional e recomendavel segundo
os parametros nutricionais.

Prof: Que bom, seja bem vindo a Universidade Lurio
a Faculdade de ciencias de Saude no Curso de Nutricao.

Aluno: Obrigado pelo acco e tempo dispensado

Prof: Obrigado, ate logo

ADPTADO POR:

AUDENCIO VICTOR

PROBLEMAS

① Como distinguir os tipos de texto

- Narrativa
- Expositiva
- Dramatica
- Poetica

A água

Aluno: Bom dia Professora.

Prof: Bom dia. Como estas?

Aluno: Tudo bem Professora.

Prof: Como te chamas?

Aluno: António

Prof: António, nome bonito.

Aluno: Obrigado Professora

Prof: António dê o conceito de água.

Aluno: A água é um líquido incolor, sem cheiro.

Prof: Muito bem António! Onde podemos encontrar a água?

Aluno: A água podemos encontrar nos rios, lagos, barragens, mar, etc.

Prof: António qual é a importância da água?

Aluno: A água é importante para beber, cozinhar, lavar pratos, lavar a roupa, lavar os nossos alimentos, regar os nossos alimentos.

Prof: Só?

Aluno: Nas indústrias a água também é importante

No processamento de vários produtos.

Prof: Tê saéis muito!

Aluno: Obrigado Professora.

Prof: António quais são os tratamentos que nós os humanos podemos proceder para que a água seja boa?

Aluno: ser ver a água, guardar em recipientes limpos e fechados, tratar a água com cloriza.

Prof: Muito obrigado António, tu és um bom rapaz.

Aluno: Obrigado eu Professora! Continuação de um bom dia.